



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos
2012

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Antônio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Georges Lamazière

APRESENTAÇÃO

O Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2012 visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 20 de janeiro de 2012.

Orientação para estudo

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital.

No Concurso de 2012 a prova objetiva será constituída de 65 questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.



PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 120 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
 - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
 - 1.2 Morfossintaxe.
 - 1.3 Semântica.
 - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
 - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
 - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
 - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
 - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
 - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha - com fluência e adequação - informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.



As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2011

PARTE I - REDAÇÃO

O achatamento do mundo tem a ver com a criação de uma plataforma global para múltiplas formas de compartilhar trabalho, conhecimento e divertimento. Preocupar-se com os efeitos pulverizadores da globalização é legítimo e, de fato, muito importante, mas ignorar sua capacidade de também dar poder e enriquecer nossa cultura é ignorar seus efeitos potencialmente positivos sobre a liberdade e a diversidade humanas. Minha afirmação aqui não é a de que o achatamento do mundo vai sempre enriquecer e preservar a cultura. É a de que nem sempre ela destrói a cultura, ao contrário da mensagem que se ouve dos críticos da globalização.

Thomas Friedman. *In: O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007 (com adaptações).

Mas adiante você fala em "apertado dilema: nacionalismo ou universalismo. O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites". Tudo errado. Primeiro: não existe essa oposição. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros — ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser. Ninguém que seja verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com seu passado, com suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc., ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional.

(...)

E agora reflita bem no que eu cantei no final do "Noturno" e você compreenderá a grandeza desse nacionalismo universalista que eu prego. De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isto já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro. O dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica duma nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lembranças. Outro é tímido, humorista e hipócrita. Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. Então seremos universais, porque nacionais.

Mário de Andrade. **Carta a Carlos Drummond de Andrade**, 1924.



Tendo em vista a discussão a respeito das identidades na sociedade globalizada contemporânea, disserte, com base nos textos apresentados, acerca da tensão entre o nacional e o universal.

**Extensão do texto: de 80 linhas a 120 linhas
(valor: 60,0 pontos)**

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (51.5/60)

O processo por meio do qual diferentes culturas entram em contato ocorre desde as primeiras grandes migrações de que se tem notícia. É com base na relação estabelecida entre povos distintos que se pode identificar determinados costumes, os quais, associados a um grupo de indivíduos, se distinguem de outros hábitos, vinculados, estes, a outro grupo social. O conceito de cultura, entendido como conjunto de ritos sociais, de valores morais consubstanciados em um padrão ético e de símbolos compartilhados por meio de um código linguístico, decorre da relação de oposição entre povos. Observa-se, no decorrer dos processos históricos, uma intensificação do contato entre diferentes sociedades, sobretudo quando se considera o período das grandes navegações feitas por povos ibéricos e, posteriormente, por holandeses, britânicos e franceses. As viagens marítimas realizadas nos séculos XV, XVI e XVII, período em que se constata a transição do Renascimento para a Idade Moderna, possibilitaram uma interação entre culturas particularmente distintas – a europeia e a ameríndia, por exemplo.

A globalização, embora caracterizada por processos que não se vinculam a tempos pretéritos, pode ser entendida, em grande medida, como um desdobramento da modernidade. Possibilitada pelo advento de tecnologias digitais, por meio das quais diversas formas de comunicação se estabelecem entre indivíduos a habitar diferentes regiões do planeta, a globalização permite um contato entre culturas cuja instantaneidade surpreenderia, de forma radical, um navegador ibérico do século XVI. A crescente sofisticação dos meios de transporte e a ubiquidade das informações em circulação permitem, contemporaneamente, um contínuo imbricamento entre culturas distintas. Em decorrência dos permanentes contatos entre diversas formas de pensamento, que se relacionam dialeticamente, observam-se dois fenômenos, entre os quais há, também, relação dialética: a homogeneização de valores – políticos, sociais, econômicos – e, simultaneamente, a referência, feita por diferentes povos, à singularidade de culturas locais. A ocorrência desses dois processos, cujo paroxismo se deve à globalização, acarreta um pertinente debate sobre as perspectivas nacional e universal; sobre o que é – e deve ser – global, partilhado por todas as nações, e o que se circunscreve ao âmbito local.

A tensão entre concepções que aspiram a uma vigência universal e ideias que se restringem a determinada comunidade, infensas a pensamentos fomentados por outros povos, ganhou particular importância no momento em que ao conceito de Estado – organização política e administrativa circunscrita a território habitado por determinada população – se somou outro conceito – o de nação. A modernidade valeu-se dessa ideia para garantir a manutenção do Estado, entidade permanentemente sujeita à desintegração. A Revolução Francesa e a posterior tentativa de divulgação – e imposição – dos ideais republicano e democrático, realizada por Napoleão Bonaparte, marcam a gênese da ideia de nação. A essa época, um normando devia saber-se sobretudo francês, identidade que se elabora mediante uma relação de oposição a outras nacionalidades.

São notórios, no século XIX, os projetos, feitos por eminentes pensadores, que visavam à consolidação da ideia de nação. Filólogos e filósofos alemães, a viver em territórios ocupados por Napoleão, estudaram com minúcia inúmeras lendas teutônicas, com as quais buscavam definir uma identidade alemã. Os contos dos irmãos Grimm e os estudos folclóricos feitos por Herder resultaram do afã de buscar uma essência teutônica. Esforço semelhante foi envidado por escritores românticos no Brasil Imperial. Consolidada a



condição independente do país, era preciso escrutinar aspectos que marcassem a singularidade do brasileiro em face de outros povos. José de Alencar, escritor que se empenhou na tarefa de consolidar uma nacionalidade brasileira, buscou romper o vínculo com a matriz lusitana, ao afirmar que um povo inclinado à fruição do caju havia de se distinguir por completo do português dado a comer pêra.

A utopia universalista, por sua vez, esteve sempre a opor-se a aspirações nacionalistas. Paradoxalmente, o Iluminismo fomentava tanto valores nacionais quanto universais. A noção de contrato social, proposta por Rousseau, pressupõe um Estado e um povo que com ele se identifique. Kant, contudo, outro expoente da razão iluminista, propugnava arduamente uma confederação de Estados, unidos sob o pálio de uma entidade supranacional. O debate sobre a oposição entre concepções universais e nacionais tornou-se particularmente polêmico no século XX, no início do qual formulações da antropologia culturalista se contrapuseram aos dogmas deterministas, dos quais Comte e Taine foram expoentes. O cotejo de diferentes culturas ensejou o conceito de relativismo, que nega, em grande parte, a existência de valores universais. Outras disciplinas, como a filosofia, caracterizaram-se, também, por proposições relativistas. Michel Foucault, por exemplo, ao postular que os diferentes discursos engendrados pelo homem têm sua verdade – ou o que afirmam ser verdadeiro – condicionada pelo contexto histórico, nega que haja valores universais. Outro filósofo, o vienense Wittgenstein, afirma que a verdade decorre dos jogos de linguagem, travados entre falantes de determinada língua. Se há diversas línguas, há distintas verdades. Essa inferência evidencia que também na filosofia analítica de Wittgenstein há relativismo.

A despeito das teorias que refutam ideias de vigência universal, não se pode afirmar que elas lograram êxito absoluto. Parece-nos mais interessante pensar sobre a tensão que se estabelece entre ideias universais e nacionais, entre verdades que se aplicam a todos os homens e verdades relativas a determinados grupos, com base nas teorias e nas criações artísticas de escritores modernistas do século XX. Expoentes do modernismo brasileiro, cuja gênese está na década de 1920, ao buscarem a singularidade de sua nacionalidade, que a torna distinta em face de outros povos, visaram a consolidar um conjunto de valores locais por meio da apropriação de concepções referentes a outras culturas. Oswald de Andrade, em seu Manifesto Antropofágico, propugnava a consolidação de uma cultura genuinamente brasileira, com base na assimilação de características do pensamento europeu. Outro importante fundador do modernismo brasileiro, Mario de Andrade, enquanto estudava manifestações folclóricas do Brasil, não ignorava as vanguardas europeias. Na visão de mundo desses escritores, os fatores que tornam um povo singular conferem a ele, ao mesmo tempo, sua universalidade.

Diante do acirramento da oposição estabelecida entre perspectivas universais e nacionais, o qual decorre da globalização, que, ao aproximar diferentes culturas, evidencia suas discrepâncias, a concepção modernista é particularmente produtiva. Ser antropofágico, à maneira de Oswald de Andrade, em um mundo globalizado, é a melhor forma de assimilar o que pertence a outro povo ou o que aspira a ser universal, sem prescindir da singularidade. Diante do fenômeno que se chama globalização, deve-se ser como o Riobaldo de Guimarães Rosa, que apreendia valores universais exatamente porque se concebia como fragmento de um todo.



PARTE II - EXERCÍCIO 1

Já vai longe o tempo descrito em **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos, dominado pelo caminhão pau-de-arara. Longe no tempo os retirantes da monocultura do latifúndio e da seca nordestina. Hoje, os retirantes brasileiros, muitos deles oriundos de estados relativamente ricos da nação, seguem o fluxo do capital transnacional como um girassol.

Silvino Santiago. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Considerando a importância atualmente conferida aos fluxos internacionais, discorra sobre a mudança no processo migratório referida no fragmento de texto acima apresentado.

**Extensão do texto: de 15 linhas
a 25 linhas (valor: 20,0 pontos)**

BRUNO PEREIRA REZENDE (17.51/20)

A migração está, frequentemente, associada à busca de melhores condições de vida pelos indivíduos, seja por motivos econômicos, seja por concepções particulares. As migrações internas, na sociedade brasileira, estiveram, tradicionalmente, relacionadas à busca de melhores oportunidades de trabalho nos estados mais ricos do país. A partida de migrantes nordestinos que visavam a condições mais dignas que as oferecidas pela vida no sertão foi característica dos fluxos populacionais no Brasil, até a década de 1970. No Sudeste, houve grande aumento da parcela da população oriunda de outros estados. Na década de 1980, as condições econômicas brasileiras desfavoráveis desestimularam as migrações internas, e, em face do progresso e do desenvolvimento de outros Estados, houve incentivos às migrações de brasileiros para fora do país.

O Brasil deixou de ser um país receptor de imigrantes, para ser um Estado em que predominam as emigrações. A mudança verificada no processo migratório brasileiro, como ressaltado por Silvino Santiago, no excerto de O cosmopolitismo do pobre, ocorreu em âmbitos que se referem tanto à parcela da população que se desloca quanto aos motivos para os referidos deslocamentos. A migração interna de indivíduos de regiões mais pobres que buscavam emprego nos estados mais desenvolvidos do Brasil foi substituída pelo predomínio da migração internacional da população de estados ricos que vai morar no exterior, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A metáfora do girassol empregada no referido excerto identifica as oportunidades do mercado internacional como incentivo à emigração de brasileiros atualmente.



PARTE II - EXERCÍCIO 2

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do "preconceito de cor" é a tendência de considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratica).

Florestan Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 23 (com adaptações).

De feito, se nos perguntassem qual o aspecto mais alto, mais edificante e significativo da civilização brasileira, não teríamos a menor dúvida em indicar a quase inexistência de problemas raciais intransponíveis. Não que estes de todo não existam ou que a instituição da escravidão não nos tenha também legado em termos de discriminação e segregação o pesado fardo de sua odiosa herança, ou que o passivo ideológico dela resultante já esteja de todo resgatado ou sequer em via de total resgate. Infelizmente, ainda não é disso que se trata. Esse odioso passivo esgalhou-se por todos os setores da vida nacional e, provavelmente, ainda levará séculos para ser extirpado. Mas pelo menos o seu ramo mais agressivo e ameaçador — o puro conflito de raça — esse tende a desaparecer.

Vianna Moog. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre as duas culturas**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

Discuta a temática apresentada nos textos acima, tendo em vista o debate contemporâneo acerca da questão racial inserido na agenda política da sociedade e do Estado brasileiro.

Extensão do texto: de 15 linhas a 25 linhas (valor: 20,0 pontos)

BRUNO PEREIRA REZENDE (18.07/20)

A discussão acerca da temática racial foi, até o início do século XX, caracterizada pelo preconceito. O determinismo de Taine, historiador francês, foi assimilado por seguidores de ideias que defendiam a existência de condicionamentos sociais impostos pelo meio ambiente, pelo momento histórico e pela raça. Autores brasileiros, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, compartilharam a tese da superioridade da raça branca, o que seria, posteriormente, criticado por outros pensadores. Joaquim Nabuco, em O Abolicionismo, rejeitou as teorias deterministas, reconheceu a importância da raça negra para a formação do Brasil e criticou o legado nefasto da escravidão. Na década de 1930, destacaram-se concepções teóricas que valorizaram a cultura negra no Brasil, como a perspectiva de Gilberto Freyre, em Casa-Grande & Senzala. Os hábitos, as crenças e os comportamentos dos negros foram assimilados pelos colonizadores na América portuguesa, segundo Freyre, por meio do contato entre brancos e escravos domésticos, em uma sociedade caracterizada pelo equilíbrio de antagonismos.

A miscigenação racial propiciou a constituição de uma cultura heterogênea no Brasil, mas a inexistência de políticas governamentais efetivas, para combater as consequências



negativas da escravidão, implicou, após a Lei Áurea, um processo de marginalização social dos ex-escravos. Hodiernamente, diversas práticas, como os programas de ação afirmativa e as leis que consideram o preconceito de raça crime, visam a combater os efeitos da falta de ação de governos anteriores. A assimilação da perspectiva que condena o preconceito racial pela população é a principal mudança que deve ocorrer, para resolver o problema da discriminação no Brasil. Além das iniciativas governamentais, é necessário transformar a mentalidade de parcela da sociedade brasileira.

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica europeia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo



democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Desenvolva análise comparativa do processo de definição das fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

GUSTAVO GUELFY DE FREITAS (30/30)

O processo de definição das fronteiras brasileiras com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa está inserido em um contexto de pressões de grandes potências e expansão territorial e, no caso brasileiro, acesso ao território amazônico. Apesar de haver diferenças quanto a característica geral das arbitragens que definiram as fronteiras nos dois casos em tela, com a questão do território do Amapá e a definição do rio Oiapoque tendo caráter mais geográfico e a questão do Pirara envolvendo questões mais jurídicas, em ambos os casos a atuação dos diferentes governos desde a Coroa portuguesa foi determinante para fazer frente à ameaça imperialista de expansão territorial que teve seu ápice entre o final do século XIX e início do século XX.

A história das disputas entre Portugal e França por territórios na América tem início ainda no século XVI, quando da implantação da França Antártica na atual região do Rio de Janeiro. Posteriormente, as tentativas francesas de estabelecer a França Equinocial e a fundação de São Luis, no contexto da União Ibérica, tornam clara a fragilidade da ocupação luso-espanhola na região amazônica, sobretudo no território do Cabo Norte, atual Amapá, e pertencente à Espanha desde Tordesilhas. Nesse contexto de insegurança territorial que marca a América portuguesa durante a União Ibérica, como demonstram as invasões holandesas no nordeste, a concessão do Cabo Norte a súditos portugueses, que se instalam na região em torno do forte de Macapá e passam a chamá-la Feliz Lusitania, por parte da Coroa espanhola será o marco jurídico fundamental para justificar a ocupação portuguesa na região após o fim da União Ibérica, assim como viabiliza a ocupação do território ao norte da foz do Amazonas, uma vez que a Coroa espanhola não tinha interesse na região e tinha dificuldades geográficas de estender sua presença para além dos Andes.

Durante o século XVIII e XIX persistiam tentativas francesas de expandir sua presença a partir de Caiena para chegar ao Vale Amazônico. Apesar do sucesso militar em ocupar territórios portugueses no Cabo Norte, Utrecht 1713, tratado assinado na cidade do mesmo nome na Holanda por ocasião do final das disputas em torno da sucessão do trono espanhol, beneficia Portugal aliado ingleses que consegue um importante vitória diplomática frente a França com relação ao reconhecimento do rio Oiapoque ou Vicente Pinzón como fronteira entre os dois Estados. Durante o Império, tais disputas continuavam desde o período regencial, na Regência Feijó, quando o Império precisa instrumentalizar as rivalidades entre Inglaterra e França para conter a ofensiva francesa ao sul do rio Oiapoque.



A missão Uruguai, na década de 1850, introduz um elemento novo na disputa com a proposta do Império de definir a fronteira norte ao sul do rio Oiapoque, proposta essa rejeitada por Napoleão III.

A questão da Guiana Francesa tem novos desdobramentos em 1894, por ocasião da descoberta de ouro na região e do contexto de expansão imperialista pós Congresso de Berlim (1885), alarmando a diplomacia brasileira da jovem república. Após incidentes militares na região, entre eles ataques militares franceses a povoados e a civis desarmados, a negociação definitiva da fronteira com a França torna-se uma questão de segurança nacional para conter eventual expansão militar francesa até o Vale Amazônico e Macapá. O chanceler Carlos de Carvalho inicia o processo de negociação do contrato de arbitragem com a França para a definição do rio Japoc e da fronteira interior do território. Rio Branco é nomeado advogado brasileiro na disputa, que terá Vidal de la Blache como advogado francês e será arbitrado pelo presidente da Confederação Suíça. Com base em Utrecht 1713 e na ocupação do território, e apesar de tratados assinados por D. João VI no contexto das Guerras Napoleônicas e denunciados em 1808 e da Missão Uruguai a Paris, na década de 1850, Rio Branco tem sucesso em demonstrar que o rio Oiapoque não era, como argumentava a França, o rio Amazonas. Novamente, a atuação do governo brasileiro é fundamental para definir a questão territorial do País, sobretudo na região Norte.

A questão do Pirara, com a Inglaterra, tem histórico menos dramático que as investidas francesas na região do Cabo Norte. Aliado fundamental para Portugal, a disputa territorial acerca do Pirara é relativamente congelada desde a assinatura de um *modus vivendi* que posterga a definição da ocupação do território demandado pelas duas nações após incurssões de exploradores ingleses no território Amazônico no início do século XIX. A presença inglesa, no entanto, assim como a presença holandesa e francesa na região, preocupam o governo brasileiro por conta da dinâmica de rivalidade imperialista que era replicada no norte da América do Sul. Se por um lado era possível instrumentalizar tal rivalidade para conter avanços de uma dessas potências, como no caso de Utrecht 1713 e posteriormente da ameaça francesa na Regência, a força militar dessas potências era vista sempre como uma ameaça e teria profundo impacto na formulação da política platina do Barão do Rio Branco.

Tal presença é fundamentada pelo resultado do lado arbitral da questão do Pirara. Processo sobretudo de caráter jurídico, diferente das questões arbitrais de Palmas e da Guiana Francesa, onde o fator geográfico era preponderante, a discussão em torno da questão da Guiana Inglesa envolvia princípios jurídicos de ocupação e questões envolvendo definições de fronteiras naturais como forma de demarcação de fronteiras. O arbitramento tem lugar após recusa brasileira de definir a região igualmente, conforme proposta inglesa. Da mesma maneira que com a França, por se tratar de uma grande potência, o Brasil opta pela arbitragem frente a relativa falta de recursos de poder e Nabuco é nomeado advogado brasileiro na causa. O resultado, porém, surpreende a chancelaria brasileira e corrobora a tese de Rio Branco e Nabuco acerca da ameaça imperialista como fator real de preocupação. Victor Emanuel III, árbitro do processo, invoca o princípio da ocupação efetiva, consagrado em Berlim (1885), como fator determinante em sua decisão, fato que, no limite, poderia colocar sob ameaça grande parte do território nacional na Região Norte.

Dessa maneira, apesar de históricos distintos, é possível apontar elementos comuns nas duas questões, como a constante ameaça imperialista que pairava sobre tais fronteiras, a atuação decidida e consciente dos diferentes governos para ocupar e defender o território norte e a preocupação em definir fronteiras. Além disso, tanto a questão da Guiana Francesa quanto a do Pirara, em 1905, foram fundamentais para consolidar o afastamento brasileiro da área de influência política européia e instrumentalizar a amizade dos Estados Unidos como forma de se proteger do risco imperialista, característico do final do século XIX.



QUESTÃO 2

Redija texto dissertativo a respeito das iniciativas que caracterizaram a Política Externa Independente (1961-1964) no âmbito da descolonização afro-asiática, do descongelamento do poder mundial e do discurso desenvolvimentista. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ participação do Brasil no processo de descolonização africana naquele momento histórico;
- ▶ ideias de Araújo Castro acerca da ordem global;
- ▶ relação entre a Política Externa Independente e a formação de conceitos brasileiros de relações internacionais.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (28/30)

A Política Externa Independente, inaugurada na gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos de Melo Franco, foi um momento de inflexão na história da política externa brasileira. Ainda que o período 1963-1964 tenha sido marcado pela presença de cinco ministros no Ministério das Relações Exteriores (sem contar a recondução de Afonso Arinos), trata-se de uma “unidade histórica” no dizer de Paulo F. Visentini. Conforme as observações do ministro San Thiago Dantas, a PEI tinha em vista engendrar uma política externa autônoma em face do conflito Leste-Oeste, sem adesão a blocos ou mesmo ao neutralismo dos não-alinhados. Nesse contexto, merecem destaque o nascimento da política africanista, as ideias de Araújo Castro e os principais conceitos inaugurados pela PEI.

A política africanista do Brasil foi inaugurada pela PEI, segundo alguns autores. De fato, deve-se lembrar que, no governo JK, o Brasil negligenciou a opção africana, como asseveraram Bezerra de Menezes e Osvaldo Aranha. É certo que JK manifestou, no plano retórico, o repúdio ao “apartheid” e ao Massacre de Sharpeville. Ocorre que tal retórica não se traduziu em condenação às potências colonialistas na ONU. Nesse aspecto, a PEI inovará em termos relativos. Com efeito, a Política Externa Independente apresentava uma política ambígua frente à África. Se, por um lado, em 1962, o Brasil votou favoravelmente à Resolução 1742 na Assembleia Geral da ONU, demandando, assim, a criação de instituições livres em Angola, por outro, nesse mesmo ano, absteve-se na votação das resoluções 1807 e 1808, que condenavam Portugal nos termos da Carta da ONU. Daí por que José Flávio Sombra Saraiva dirá que o Brasil sustentava veementemente a descolonização da África Negra, mas tinha uma “política de ziguezague” em relação às colônias portuguesas. Quais seriam as razões para tanto?

Em primeiro lugar, há que se lembrar das relações de amizade e proximidade com Portugal, sempre a exigir a observância do Acordo de Amizade e Cooperação de 1953. No que tange especificamente à África do Sul, embora não fosse colônia de Portugal, era a principal parceira econômica do Brasil na África naquele período (contribuindo, em média, com 50% das transações comerciais com todo o continente africano). Tais aspectos explicam, em boa parte, a ambiguidade da PEI no que diz respeito à descolonização, sempre sustentada no plano do discurso, mas não linear na prática.



Podem-se perquirir ainda as razões da retórica da descolonização durante o período da PEI. Segundo San Thiago Dantas, essa defesa da autonomia dos países africanos deve-se a um fator de ordem moral e principiológica (a autodeterminação dos povos) e a um objetivo pragmático, que era o aumento das trocas comerciais com a África. Nesse último aspecto, o colonialismo prejudicava as transações econômicas com os países africanos, já que as colônias tinham privilégios alfandegários junto a suas metrópoles e tinham produção parcialmente concorrente com a brasileira.

A descolonização permaneceu como princípio norteador da PEI durante todo o período. Araújo Castro, na XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, proferirá seu famoso discurso “dos três Ds”: descolonização, desarmamento e desenvolvimento. Desses três elementos, aquele que sumaria as ideias de Araújo Castro é o desenvolvimento. De fato, para esse chanceler, o desarmamento liberaria recursos econômicos para os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo e a descolonização levaria ao fortalecimento do pleito dos países em desenvolvimento. Tal pleito ressaltava a assimetria Norte-Sul existente no mundo, ainda que a divisão ideológica da Guerra Fria levasse a que se enfatizasse a divisão Leste-Oeste. Da perspectiva de Araújo Castro, o Brasil poderia servir de ponte entre os universos Norte-Sul, justamente por não se alinhar a blocos, tomando o cuidado de participar apenas como observador do Movimento dos Não-Alinhados. Nesse contexto, pode-se mesmo ousar dizer que a atual defesa de uma ordem global mais democrática guarda profunda relação com as ideias de Araújo Castro, o qual, ademais, conferiu um maior “status” ao aspecto social da PEI, voltado ao desenvolvimento.

De fato, a PEI foi fundamental para traçar uma linha de continuidade na política externa brasileira. Princípios como a autodeterminação dos povos, não-intervenção em assuntos internos de outros Estados, defesa da paz, defesa do desarmamento e mesmo a desideologização da política externa, voltada à atuação autônoma e global, perduraram no tempo. Durante a PEI, tais conceitos foram colocados em prática de várias formas. As missões comerciais ao Leste Europeu e à União Soviética em 1962 marcam a afirmação do globalismo, assim como a manifestação de “profunda apreensão” por parte de Jânio Quadros após a invasão da Baía dos Porcos. A nomeação do primeiro embaixador negro (Raimundo de Souza Dantas) e a visita à África de Afonso Arinos simbolizam a defesa da descolonização e da autodeterminação dos povos, ainda que a ambiguidade tenha marcado certas atitudes brasileiras. A defesa do desarmamento gradual no mundo remete ao princípio da promoção da paz.

Todos os conceitos citados marcaram presença na atuação internacional brasileira a partir do governo Costa e Silva. Anteriormente, o governo Castelo Branco, com sua defesa da teoria dos círculos concêntricos e combate ao comunismo será um “passo fora da cadência” (Amado Cervo). Posteriormente, durante o governo Collor e o primeiro governo FHC, posturas neoliberais contrastariam com uma “diplomacia voltada ao desenvolvimento”, inaugurada com Vargas e consolidada com a PEI. Exemplo de tal continuidade geral que aqui se defende é a política africanista, cujas bases são estabelecidas pela PEI. Durante o Regime Militar (1964-1985), a política africanista vai se consolidando na prática. Após o “périplo africano” de Mário Gibson Barbosa (1972), em 1973, o Brasil já dá mostras de que as relações com Portugal não mais impediriam o ataque ao argumento das “províncias ultramarinas”. No que tange às assimetrias Norte-Sul e à defesa do desenvolvimento e do globalismo, basta citar que durante todo o Regime Militar as relações com a URSS foram mantidas, e a defesa de regras de comércio mais justas para os países em desenvolvimento é ainda hoje parte da agenda diplomática do Brasil.

A PEI inaugurou um longo período de tradição da diplomacia brasileira. Se não logrou completo êxito em seu tempo, talvez as condições impostas pelo período de Guerra Fria possam indicar certas restrições. A historiografia recente aponta para certas contradições entre o plano retórico e a prática, como no caso da política africanista. Há que se admitir, porém, que a PEI lançou as bases principiológicas da diplomacia brasileira, que, mais tarde, ganharam plena defesa e aplicação.

**QUESTÃO 3**

Disserte sobre a importância da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a política externa brasileira na década de 50 do século XX.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (17/20)

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, no início da década de 1950, ocorreu em momento de relativa frustração com as expectativas vinculadas a um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos. As contrapartidas esperadas pelo Brasil, em consequência do apoio incondicional aos Estados Unidos, na segunda metade da década anterior, não ocorreram. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos constituiu uma tentativa norte-americana de atendimento dessas expectativas e, embora não fosse exatamente o que se esperava, legou avanços importantes para o planejamento do desenvolvimento nacional.

O governo de Getúlio Vargas, em virtude da inserção brasileira no continente americano e do acirramento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, não pôde recorrer à barganha que lograra, antes da II Guerra Mundial, com a mesma efetividade. A aproximação aos Estados Unidos durante o conflito mundial e a influência ideológica estadunidense sobre setores sociais relevantes internamente, como as Forças Armadas, limitava a ação externa do Brasil.

Os financiamentos públicos norte-americanos para o desenvolvimento do país, nos moldes do auxílio oferecido à Europa ocidental e ao Japão, não foram concedidos. Em compensação, os estadunidenses condicionaram a concessão de créditos pelo Eximbank à elaboração de um diagnóstico da economia brasileira, o que ficou sob a responsabilidade da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), adrede constituída. Os estudos da CMBEU deveriam identificar as vocações da economia nacional e fundamentar a concessão de créditos e a realização de investimentos do setor privado.

A cooperação consubstanciada nos trabalhos da CMBEU consiste em uma conquista da política externa brasileira e contribuiu para a formação de quadros nacionais em aspectos relacionados ao desenvolvimento do país. Apesar disso, o grupo foi extinto em poucos anos, em decorrência das tensões entre os dois países no que concerne à concessão de financiamentos e às políticas econômicas que iam de encontro às recomendações estadunidenses.

Os relatórios da CMBEU ensejaram a concessão de créditos ao Brasil pelo Eximbank e subsidiaram a formulação da política externa do país. No Governo de Juscelino Kubitschek, foi enviado aos Estados Unidos memorial de que constavam as diretrizes da política externa brasileira, influenciadas pelos documentos produzidos pela comissão mista. A extinção da cooperação, entretanto, aconteceu nesse mesmo governo. A Operação Pan-Americana, com sua defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento do continente como forma de contenção das ditas ideias exógenas ao sistema americano, ecoa as contribuições brasileiras consolidadas no âmbito da experiência da CMBEU.

A constituição da CMBEU pode ser considerada um êxito da política externa brasileira da década de 1950, em contexto de limitação das possibilidades de sua ação em virtude da Guerra Fria. Marcou uma aproximação bilateral entre Brasil e Estados Unidos e,



por meio da cooperação, contribuiu para o amadurecimento técnico de quadros da burocracia nacional e para as formulações desenvolvimentistas brasileiras.

QUESTÃO 4

Ao assumir a Presidência da República, em abril de 1964, o Marechal Castelo Branco alterou os rumos da ação do Brasil no plano internacional. Caracterize as rupturas verificadas nas relações do Brasil com a Argentina, em decorrência da política externa brasileira adotada no primeiro governo do regime militar.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

GUSTAVO CUNHA MACHALA (10/20)

O governo de Castelo Branco, que assume após o golpe que depôs João Goulart, reorganiza as bases de orientação da política externa brasileira, que vinha caminhando no sentido da universalização, autonomia e pragmatismo, colocando-a novamente num eixo de alinhamento automático com os Estados Unidos. Esse "passo fora da cadência" coloca o Brasil em situação de atrito com a Argentina, que no contexto da bipolaridade do cenário internacional vinha esboçando e defendendo uma espécie de "terceira via", nem neutraliza nem terceiro mundial.

O afastamento claro de Castelo Branco dos princípios da Política Externa Independente (PEI) traz consequências diretas para a ação brasileira. Primeiro, o país volta a acompanhar as decisões norte-americanas nos principais órgãos multilaterais, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA). Como uma forma de "demonstração de apreço", o Brasil rompe com Cuba ainda em 1964 (laço que só seria retomado nos anos 1980) e distancia-se das configurações e agrupamentos que pregavam uma nova ordem internacional. Ao fazê-lo, o Brasil criava dificuldades para a ampliação das relações bilaterais com a Argentina, que procurava sustentar seu desenvolvimento e crescimento (nesse período superior ao brasileiro, com taxas e indicadores de qualidade de vida bem superiores aos brasileiros) por meio de estratégia alternativa de inserção internacional.

A dificuldade do diálogo irá exacerbar a histórica rivalidade entre os dois grandes da América do Sul, em um período em que ambos os países (com vantagem grande para a Argentina) começam a dar passos no sentido de dominar os conhecimentos e as tecnologias necessárias para a utilização pacífica (possível e temivelmente militar) da energia nuclear. Outro aspecto de tensionamento, afetado pela dificuldade de diálogo, dirá respeito ao aproveitamento dos rios internacionais, ou comuns, para fins de geração energia ou outros. Esse debate estender-se-á para a década de 1970, sendo sua resolução — com a assinatura do Convênio Itaipú-Corpus — o passo inicial no distencionamento entre as duas nações.

A tentativa brasileira, na esteira da mudança de rumos da política externa implementada por Castelo, de estabelecer laços prioritários e estratégicos com os Estados Unidos também será mal vista pelos argentinos, uma vez que se temia a ação subimperialista brasileira, que poderia vir a atuar como "xerife" norte-americano na América



do Sul, o que não interessava à Argentina.

Mesmo as questões de aproximação comercial, com liberalização tarifária, como previa o Tratado de Montevideu 1960 (que criou a Associação Latino Americana de Livre Comércio) não tiveram encaminhamento satisfatório, uma vez que o Brasil rejeitava a aproximação sub-regional em favor de relações mais favoráveis com o gigante norte-americano, já na década de 1960, o maior parceiro comercial brasileiro, além de principal fornecedor de crédito ao Brasil. Só na década de 1980, em meio a grandes crises e ato endividamento, com o processo de redemocratização, tanto argentino como brasileiro, é que os dois países vão procurar aproximar-se comercialmente, dessa vez no âmbito do Tratado de Montevideu 1980 (criador da ALADI).

Embora o realinhamento brasileiro com os EUA e o abandono das bases e conceitos da PEI tenham sido breves (1964-1967), suas conseqüências para o relacionamento Brasil-Argentina foram de grande monta, uma vez que o distanciamento e a dificuldade de diálogo permaneceriam por cerca de 20 anos, sendo apenas retomado efetivamente com o histórico encontro Sarney-Alfonsín em 1985.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e



a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3. Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2. Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil. 7 Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2. Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

O conceito de frente pioneira foi utilizado por vários geógrafos na descrição do processo de formação do território brasileiro. Discuta o significado desse conceito, exemplifique o seu uso em alguma obra clássica sobre o tema e avalie a possibilidade de ele ser empregado, na atualidade, em análises geográficas do Brasil.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**



GERMANO FARIA CORREA (30/30)

O conceito de frente pioneira foi importante para explicar os processos de ocupação e de integração de porções do território brasileiro ao que Golbery do Couto e Silva, em obra sobre a geopolítica do Brasil, definiu como ecúmeno nacional. Esse conceito foi utilizado para descrever a ocupação de importantes regiões do território brasileiro, especialmente o movimento de ocupação de áreas mais afastadas e menos integradas à tradicional zona de ocupação do território nacional, a área próxima à costa. É no contexto da chamada marcha para oeste que a noção de frente pioneira foi mais utilizada como instrumento de explicação e descrição da recriação humana de territórios pouco integrados às zonas concentradas, polarizadas, já naquela época, pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Desde então, não apenas o território nacional passou por profundas mutações, mas também houve significativa evolução da técnica, que permite a integração de territórios ao ecúmeno, mesmo sem a ocupação populacional. Desse modo, o conceito de zona pioneira perde parte de seu potencial explicativo face às realidades contemporâneas, ainda que certos fenômenos atuais tenham certas semelhanças com fatos de outrora.

Um exemplo clássico do uso do conceito de frente pioneira pode ser encontrado na obra do geógrafo Pierre Monbeig, que participou da instalação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, e que pesquisou a ocupação do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, no contexto da marcha para oeste. A frente pioneira sucede a frente de expansão. Esta consiste na simples expansão do que se poderia chamar de fronteira econômica, por meio da integração de novas faixas de terra ao mercado imobiliário. No caso do Norte do Paraná, a frente de expansão foi liderada por empreendedores ingleses, que compraram terra na região e passaram a comercializá-las por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná, o instrumento de integração dessa nova área ao mercado. Desse modo, houve o loteamento da região e os lotes foram vendidos, inicialmente, para pequenos e médios agricultores, entre eles, indivíduos que trabalhavam no regime de colonato na cafeicultura paulista, especialmente imigrantes. Esses pequenos e médios agricultores foram o que se pode designar propriamente de frente pioneira, movimento que, por meio da ocupação populacional, integra uma porção do território ao ecúmeno, por meio da produção agrícola, geralmente. No norte do Paraná, o cultivo do café, um prolongamento da cafeicultura paulista, foi a base da integração. A frente pioneira norte-paranaense, baseada na cafeicultura, criou novas cidades, como Londrina (fundada no início da década de 1930), ligou a região a sistemas técnicos (especialmente de transportes, meio de escoar a produção) e consolidou a integração da região às zonas mais concentradas do território nacional.

O conceito de frente pioneira pode ser aplicado a outros movimentos no território nacional, geralmente inscritos no marco da marcha para oeste. Um exemplo significativo é a fundação de Brasília, que também contou com uma frente de expansão inicial, que efetivamente construiu a cidade e estabeleceu as conexões com o resto do país, e com uma frente pioneira, que promoveu a integração da nova capital, por meio de atividades econômicas e governamentais, ao ecúmeno. Outro exemplo, este fora do contexto da marcha para oeste, foi a tentativa de colonização da Amazônia durante a década de 1970. Nesse caso, houve a frente de expansão, simbolizada pela abertura da rodovia Transamazônica, porém não houve frente pioneira que consolidasse a integração da região ao restante do país.

O avanço da técnica transformou a percepção do espaço e os modos de sua apropriação. Todo o território nacional está, atualmente, mapeado, conhecido, monitorado e já são planejados os aproveitamentos econômicos de cada região. Nesse contexto, a ideia de frente pioneira, entendida como movimento populacional para novas áreas que integram novas faixas do território ao ecúmeno nacional, perde sua força explicativa de certo



fenômeno geográfico, pois, ainda que não ocupado, todo o território está integrado por meio de sistemas de informação e de gestão, sejam privados, sejam públicos.

Por exemplo, o avanço da soja no norte de Mato Grosso, ocorre de maneira diversa da expansão do café no norte do Paraná na década de 1930. A expansão que ora acontece no Mato Grosso é feita com muito mais densidade técnica, científica e informacional, em um processo que não promove a integração de um território ao ecúmeno. Ao contrário, trata-se de uma ocupação populacional de um território já conhecido e de integração ao complexo agroindustrial, por meio de empresas que atuam em escala global.

A frente pioneira foi um meio de promoção da integração nacional, por meio do aproveitamento econômico e da ocupação de regiões do território. Atualmente, na era do meio técnico-científico-informacional, todo o território já é conhecido, inclusive em suas potencialidades econômicas e, portanto, integrado ao território nacional. A ocupação populacional não é mais uma questão de integração ao ecúmeno, mas, antes, uma decisão que se funda, principalmente, em um cálculo econômico. Nesse sentido, perde força a ideia de frente pioneira motivada pelo desbravamento e integração, e ganha destaque a de movimentos motivados por decisões tomadas nos chamados centros de pensar.

QUESTÃO 2

Caracterize a situação atual do Distrito Federal (DF) no território brasileiro, refira-se às motivações para a construção de Brasília, obra mais emblemática da política nacional-desenvolvimentista no Brasil, e para a criação do DF e avalie se os objetivos apresentados à época foram atingidos até o momento atual.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

DANILO VILELA BANDEIRA (30/30)

A construção de Brasília, ao longo da administração Juscelino Kubistchek, insere-se em um longo e antigo processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro – até então praticamente restrito às franjas litorâneas. Considerava-se que a mobilização do aparato governamental para uma região que se encontrava próxima do centro geográfico do território fomentaria um movimento de descentralização econômica e populacional. Conquanto o Brasil ainda apresente pontos de excessiva aglomeração, pode-se dizer que tais objetivos foram alcançados.

Note-se, de início, que uma proposta dessa natureza já fora concebida anteriormente. Em verdade, há registros desde ao menos a administração do Marquês de Pombal em Portugal, no século XVIII, de tentativas de levar-se a capital do país para uma área distante do litoral, região em que historicamente concentrou-se o dinamismo econômico brasileiro. Também Vargas constatou a necessidade de aprofundar a ocupação da hinterlândia, consubstanciada na célebre “Marcha para o Oeste”. Concretamente, entretanto, essas ideias não lograram transferir o centro do governo para regiões afastadas da costa.



Tal meta realizou-se em um momento no qual a política desenvolvimentista alcançava seu paroxismo. Lastreado nas teorias de autores como Celso Furtado, Kubitschek empenhou-se em industrializar o país, por um lado, e articular as diferentes regiões produtivas que o compunham, por outro lado. Tratava-se de por fim ao desenvolvimento de “arquipélagos econômicos” no território brasileiro, promovendo a integração por meio de pesados investimentos em infra-estrutura – um dos eixos do Plano de Metas. Nesse sentido, a construção de uma nova capital para o país afigurava-se como passo natural a ser dado, tendo em conta o processo de macrocefalia urbana que já começava a afetar o Rio de Janeiro e as gigantescas disparidades entre o Sudeste desenvolvido e o restante do território. Havia, ademais, a percepção de que a manutenção da sede do governo no Rio de Janeiro contribuiria para a instabilidade institucional, de vez que as últimas eleições realizadas no país haviam enfrentado ameaças de setores militares. Nesse particular, deve-se registrar que a mudança não surtiu o efeito esperado, já que, apenas quatro anos depois, os militares lograram êxito em afastar João Goulart do poder.

A instalação do aparato de governo no coração do território de Goiás ensejou alterações significativas nos aspectos econômicos, populacionais e logísticos da região. Já no processo de construção da cidade, registrou-se um enorme afluxo de migrantes nordestinos, contratados aos milhares para dar conta do ritmo acelerado requerido por Juscelino. Esses “candangos” – como ficariam conhecidos – instalaram-se em áreas ao redor do Plano Piloto, dando origem ao que mais tarde constituiria as cidades-satélites. Nota-se, nesse fenômeno, a fragilidade do planejamento, que não deu conta de atender às demandas de uma população que obviamente seria requerida para a construção da cidade e que, marginalizada após o fim das obras, alimentou o processo de favelização no entorno de Brasília.

O impacto econômico foi bastante relevante. Brasília detém, hoje, um PIB inferior apenas ao de São Paulo e Rio de Janeiro no território brasileiro, e um PIB per capita que, entre as capitais, perde apenas para Vitória (ES). Isso deriva, em larga medida, do enorme contingente de funcionários públicos bem remunerados que se instalaram na cidade para atender ao aparato governamental. A consequência natural de tal processo é a constituição de um setor de serviços sólido, estruturado em torno da demanda de uma população com alto poder aquisitivo. É sintomático que a economia de Brasília esteja praticamente repartida ao meio entre gastos públicos e setor terciário, sem participação relevante da indústria e da agricultura. Tal prosperidade, entretanto, enseja um outro dado, menos positivo: trata-se da região com um dos maiores índices de desigualdade do país, resultado da enorme discrepância entre os salários do setor público e aqueles do setor privado, precarizado pela economia informal.

É relevante observar que, erigida em um momento no qual o Brasil começava a adentrar o meio técnico-científico-informacional – nos termos de Milton Santos –, Brasília desenvolveu-se em estreita associação com o grande centro emanador de técnicas e informação do território brasileiro – São Paulo. Nesse sentido, pode-se entender a mudança da capital como a primeira etapa da instalação do meio técnico-científico-informacional no Centro-Oeste, processo que se aprofundaria nas décadas seguintes com a expansão da fronteira agrícola rumo ao cerrado e o estabelecimento do agronegócio altamente mecanizado nas lavouras de soja. O desenvolvimento de Brasília é, portanto, tanto tributário quanto propagador da revolução tecnológico-industrial que impulsionou o Sudeste ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Esse fenômeno iria ainda mais longe com a instalação, em 1967, da Zona Franca de Manaus, polo industrial localizado no centro da Amazônia.

Avaliar o êxito dos objetivos da construção de Brasília é tarefa complexa. O mero fato de haver um dinamismo econômico tão intenso em uma região anteriormente desocupada já indica que houve efeitos positivos, potencializados pela posterior pujança do agronegócio nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ademais, o deslocamento da capital contribuiu para desafogar relativamente o Rio de Janeiro, que, ainda assim, dá mostras de saturação urbana. Deve-se notar, porém, que o Brasil de hoje ainda apresenta



uma concentração desproporcional de riqueza nas regiões Sul e Sudeste – as quais Milton Santos chama de “região concentrada”. A relativa desconcentração industrial que vem ocorrendo nas últimas não basta para alterar as distorções regionais geradas por séculos de ocupação litorânea e, a partir do século XVIII, concentração no Sudeste.

Dessa maneira, não resta dúvida de que a concentração econômica e populacional no território brasileira seria muito mais intensa não fosse a construção de Brasília – o que basta para, em um país de extremos, comprovar o relativo êxito da empreitada.

QUESTÃO 3

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, a população brasileira está passando por significativas alterações no que concerne à estrutura etária, consequência do intenso processo de transição demográfica verificado no país. Identifique o início desse processo e analise suas implicações para o desenvolvimento econômico-social do Brasil.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

A estrutura etária brasileira sofreu inúmeras alterações no decorrer do século passado, refletindo a superação da transição demográfica. Hoje, o Brasil apresenta uma pirâmide etária que se aproxima do padrão etário dos países do centro capitalista, embora a população seja considerada jovem. As mudanças observadas impõem novos desafios à gestão dos bens públicos e suas causas estão fortemente ligadas ao avanço da urbanização.

Tendo em vista o modelo de Warren Thompson, de 1929, pode-se avaliar o avanço do fenômeno demográfico no Brasil. Esse país sofreu imensas transformações desde o primeiro censo demográfico (1872). Nessa época, contava com uma população majoritariamente rural e com uma população de mais de 9 milhões de habitantes. Hoje, 84,4% da população brasileira é urbana e a população total já ultrapassa 190 milhões de pessoas.

Pode-se dizer que, entre 1872 e 1930, o Brasil apresentava altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade, com baixo crescimento vegetativo. A população era marcadamente jovem e os incrementos demográficos ficaram por conta de grande influxo de imigrantes entre 1890 e 1920. Ocorre que o processo de urbanização ganha novo impulso a partir da década de 1930, observando-se, a partir desse ponto, queda acentuada da taxa de mortalidade. Dado que o meio urbano oferece melhores condições de alimentação e de vida, permitindo o incremento da renda familiar, o número de mortes prematuras cai. A taxa de natalidade, por sua vez, permanece alta durante maior tempo.

O período de transição demográfica (fases 2 e 3 do modelo Warren Thompson) é marcado por queda acentuada da taxa de mortalidade, seguida por queda tardia da taxa de natalidade. No Brasil, observam-se fortes quedas da taxa de mortalidade nos anos 1950 e



1960. Tal fenômeno, mais uma vez, pode ser associado ao avanço da urbanização. Entre 1960 e 1970, o Brasil torna-se um país majoritariamente urbano. Se, no campo, uma prole extensa significa mais braços para trabalhar na lavoura, na cidade, muitos filhos levam ao aumento acentuado de custos da família em um meio em que o custo de vida é mais elevado. Soma-se a isso a mudança de hábitos com a introdução da mulher no mercado de trabalho, principalmente durante o Regime Militar. Com isso, os casais decidem ter filhos mais tarde e cada vez em número menor. Assim, cai a taxa de fecundidade também.

O estágio de transição demográfica estende-se até o fim do século XX, tendo suas fases mais acentuadas entre 1930 e 1970. O fato de a queda na taxa de natalidade ser mais lenta que a queda da taxa de mortalidade leva ao fenômeno da “explosão demográfica”. Essa fase pode ser considerada praticamente superada no Brasil. A taxa de fecundidade contemporânea está em torno de 2,1, muito próxima da taxa de reposição. Alguns geógrafos chegam a afirmar que o Brasil, a partir de 2010, ingressou na fase 4 do modelo Warren Thompson, com baixa taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade, mas estando esta ainda abaixo da primeira. Como consequência, constata-se que a população acima de 60 anos tem crescido muito e crescerá ainda mais nos próximos anos. Tal realidade impõe a necessidade de criar um sistema previdenciário que seja sustentável no longo prazo, associado a iniciativas de planos privados de previdência. Não obstante tais preocupações, o Brasil afigura-se ainda um país relativamente jovem, com a população concentrada entre 20 e 40 anos. Ademais, o país tem se mostrado aberto ao influxo migratório de países vizinhos. Tais aspectos permitem considerar que o Brasil possui uma expressiva população economicamente ativa e jovem, o que é elemento de dinamismo econômico.

Por fim, diga-se que o Brasil enfrenta uma demanda educacional que tende a se expandir pouco no nível básico e fundamental. Esse contexto é propício para o aprimoramento das redes públicas de ensino básico e fundamental, historicamente negligenciadas em benefício do ensino superior. Comparado a países como a França, o Brasil tem maior tempo para pensar os desafios previdenciários futuros e grandes vantagens no presente.

QUESTÃO 4

A navegação de cabotagem, que já foi o principal meio de transporte de cargas no Brasil, apresentou, por determinado período de tempo, drástica redução em relação ao conjunto geral dos modais. Entretanto, no período entre 2000 e 2010, observou-se aumento da sua participação no transporte total de produtos no país. Disserte sobre os aspectos favoráveis da cabotagem no Brasil e as principais dificuldades existentes, no país, para o seu desenvolvimento.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

A navegação de cabotagem foi historicamente importante para o Brasil durante o período colonial. Como a população estava concentrada nas zonas costeiras e havia poucas estradas, o transporte por meio de navios que percorriam o litoral era fundamental para a comunicação entre províncias e a troca de mercadorias. Hoje, a navegação de cabotagem oferece uma alternativa relativamente barata para o transporte de cargas no Brasil. As



dificuldades impostas para tanto são o déficit de infraestrutura portuária, a alta concentração de atividades em determinados portos e a necessidade de expansão da lógica intermodal.

No Brasil, assim como em países centrais como os Estados Unidos e Canadá, a malha rodoviária ultrapassa em extensão a malha aquaviária e ferroviária. O problema, nesse caso, é que o transporte de carga brasileiro, diversamente daqueles países, está concentrado em rodovias. Estas possuem um alto custo de manutenção, o que encarece o frete e o preço do produto final. Dessa forma, o Brasil perde em competitividade no cenário global. Nesse contexto, a navegação de cabotagem oferece vantagens porque é mais barata e contribui para diminuir o “custo Brasil”.

A navegação de cabotagem oferece ainda a oportunidade de diminuir o trânsito interno de cargas, aliviando a pressão sobre determinadas vias. Somem-se a isso as vantagens oferecidas no âmbito de integração da IIRSA. As ligações projetadas em eixo Acre-Peru, Porto de Santos-Chile (portos de Iquique, Arica e Antofagasta) e RS/SC-Chile (Valparaíso) podem ser mais bem aproveitadas com uma movimentação interportuária costeira mais dinâmica no Brasil. Por fim, ressalte-se a grande extensão da costa brasileira e a concentração espacial do dinamismo econômico nas áreas próximas ao litoral. Tais fatores são propícios a um maior aproveitamento da navegação de cabotagem.

Os maiores desafios à expansão da navegação de cabotagem estão na infraestrutura portuária brasileira. Com exceção do Porto de Tubarão (RJ), controlado pela CVRD – aliás, o maior porto em volume de carga transportada, seguido pelo de Itaquí, no Maranhão – todos os portos brasileiros apresentam problemas logísticos e de infraestrutura. Além disso, alguns portos apresentam fortes pressões de demanda, indicando a concentração da infraestrutura portuária. Os portos de Itaquí, Tubarão, Santos e Paranaguá são expressão da referida concentração. Embora algumas obras do PAC valorizem outros portos, como o de Pecém (CE), há a necessidade de descentralização da demanda sobre os portos brasileiros e de modernização desses portos.

Outro desafio à navegação de cabotagem é a expansão dos terminais intermodais, permitindo o escoamento da produção ao porto mais próximo e daí para outros portos. O caso da ligação rodoviária Acre-Peru oferece a oportunidade de uso da bacia do Amazonas para o escoamento de produção no sentido Oeste-Leste em uma lógica multimodal. A projetada hidrovía Araguaia-Tocantins permitiria ligações intermodais com rodovias e ferrovias provenientes do Centro Oeste e o aproveitamento variado de portos no litoral nordestino.

O último desafio que pode ser apresentado ao avanço da navegação de cabotagem é a prevalência de uma lógica extrovertida, conforme o esquema “bacia de drenagem”, no uso e construção da malha viária brasileira. Nesse sentido, pensar no avanço da navegação de cabotagem é pensar na integração da costa brasileira, em uma lógica parcialmente introvertida, já que os portos são, a um só tempo, pontos de contato com o mundo extraterritorial e possíveis pontos de contato entre fluxos costeiros.

Em suma, a navegação de cabotagem é uma área próspera para a economia brasileira, permitindo o pagamento de fretes mais baratos e a integração maior da costa brasileira. As dificuldades para essa navegação estão em uma estrutura portuária concentrada, pouco dinâmica e marcada pela extroversão.



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC). 16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Nos últimos anos, o Brasil ampliou sua interlocução externa com os mais variados parceiros. Nessa interlocução, o governo brasileiro vem defendendo os interesses nacionais e buscando produzir resultados socioeconômicos, sem negligenciar os esforços em prol da melhoria das condições tecnológicas e da competitividade de sua estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, o país sinaliza com o "idealismo como horizonte", em defesa de uma ordem mais justa e do respeito aos valores democráticos e aos direitos humanos. Disserte sobre os desafios a serem enfrentados para a materialização desses objetivos políticos.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**



DANILO VILELA BANDEIRA (26/30)

A política externa ativa e soberana adotada a partir da administração Lula persegue objetivos amplos e ousados, que passam por mudanças no sistema de governança global e pela priorização absoluta do desenvolvimento como objetivo central das relações internacionais, em detrimento de visões belicistas – nesse aspecto reside o “idealismo como horizonte”. É natural, portanto, que obstáculos interponham-se à consecução de metas tão ambiciosas, notadamente devido à estrutura de um sistema internacional rígido, tributário da ordem estabelecida pelas potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial.

Um dos objetivos centrais da política externa brasileira é abrir mercados para a agricultura de altíssima produtividade praticada em nosso território, de vez que um aumento nas exportações agrícolas atenderia à necessidade de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico interno. É notório que o maior entrave a essa política é o fornecimento de bilionários subsídios à agricultura por parte dos países desenvolvidos, particularmente os EUA e a União Europeia. Tal prática resulta em consequências deletérias de duas naturezas: primeiro, impede que os países em desenvolvimento explorem plenamente as vantagens comparativas de que gozam na produção de gêneros agrícolas, o que prejudica o desenvolvimento econômico; em segundo lugar – e mais grave –, a concessão de subsídios gera distorções no mercado global de alimentos, elevando seus preços a um nível superior ao que existiria se os países em desenvolvimento pudessem ampliar sua produção. Nesse sentido, os subsídios contribuem para a fome no mundo e, por conseguinte, constituem obstáculo à observância de um dos direitos humanos mais básicos. Ciente do problema, a diplomacia brasileira adota postura assertiva nas negociações multilaterais referentes ao tema, notadamente no âmbito da Rodada Doha da OMC.

Outro campo de atuação complexa para a chancelaria é o do sistema financeiro global. Dele dependem as condições macroeconômicas diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos países pobres, como as taxas de câmbio, de juros e o volume de crédito disponível. Ora, é inegável que tal campo apresenta as distorções mais flagrantes do multilateralismo global, consubstanciada na divisão de quotas do FMI e do Banco Mundial e na baixa representatividade dos foros de concertação. Em relação a esse último aspecto, o Brasil logrou um gigantesco avanço quando, por iniciativa, do ex-Presidente Lula, o G20 financeiro substituiu o G8 como instância preferencial, corrigindo uma assimetria histórica em relação à concertação financeira. O FMI e o Banco Mundial, embora tenham alterado suas divisões de quotas em virtude dos pleitos dos países em desenvolvimento, permanecem instituições sob o controle dos EUA e da EU, dando peso desproporcional a seus interesses. A melhoria da competitividade industrial brasileira, por exemplo, tem sido prejudicada pela forte valorização do câmbio causada por políticas monetárias expansionistas nos EUA – o “quantitative easing”. Como a OMC não está formalmente autorizada a tratar de dumping cambial, o organismo responsável pela regulação do tema deveria ser o FMI. Sob controle dos EUA, porém, seu maior quotista, é difícil conceber o órgão como ator relevante em tal situação.

O unilateralismo e o intervencionismo também prejudicam a construção de uma ordem internacional em que prevaleçam os valores democráticos e os direitos humanos. Dessa constatação deriva a assertiva posição brasileira de condenação a, por exemplo, os conflitos no Iraque e na Líbia. Ao subverter os princípios consagrados pela ONU em relação à soberania e à auto-determinação, as potências ocidentais eliminam as condições básicas para o surgimento de regimes democráticos e observadores dos direitos humanos. O mesmo pode ser dito em relação às sanções: ao retirar os países-alvos da mesa de negociações, as sanções tendem a aumentar o isolamento do país e agravar os problemas enfrentados pela população civil. Nesse sentido, o Brasil propugna pela utilização desse recurso apenas em última instância, julgando ser mais produtivo o engajamento no diálogo e a cooperação. A atual conjuntura internacional, porém, em que o combate a violações dos



direitos humanos ganha contornos belicistas, não se apresenta alvissareira para a implementação da visão de mundo brasileira. Trata-se de um impedimento agravado pela resistência dos países membros do Conselho de Segurança da ONU com status de permanentes em realizar uma reforma do órgão, adequando-se à nova configuração de forças global. A afirmação da perspectiva brasileira em relação a questões de segurança e direitos humanos seria mais concreta se fosse atendido o histórico pleito por um assento permanente ao país.

Pode-se mencionar ainda a questão ambiental, fulcral para qualquer política de defesa dos direitos humanos. Nesse campo, o Brasil defende o direito soberano dos países de industrialização tardia perseguirem o desenvolvimento econômico sem a imposição de metas obrigatórias de redução de emissões. O controle das emissões deve ser feito por meio da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, consoante aos compromentimentos feitos na Rio-92. Há, entretanto, forte resistência dos países desenvolvidos em cumprir tais obrigações, evidenciada pelo impasse na Conferência de Copenhague, em 2009. O estabelecimento do Fundo Verde, no contexto da COP-16, é sinal positivo de progressos no tocante à transferência de tecnologias para o combate ao aquecimento global, mas os desafios a serem superados para o surgimento de um sistema que permita o desenvolvimento de forma equilibrada e ambientalmente correta são imensos.

Verifica-se, dessa maneira, a existência de obstáculos de monta para a concretização das metas da política externa brasileira. A cooperação bilateral com países africanos, por exemplo, tem sido um dos meios utilizados para contornar as limitações sistêmicas e atingir uma ordem mais justa e democrática. Da conjugação de uma atuação multilateral assertiva e transformadora com políticas de cooperação Sul-Sul voltadas para o desenvolvimento dos povos há de resultar a consecução de tal meta.

QUESTÃO 2

Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou, por meio da Resolução n.º 1.973, o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea na Líbia. A adoção da resolução, em cuja votação se absteve, entre outros Estados, o Brasil, expressou a resposta do CSNU à situação interna naquele país. Comente tal situação, do ponto de vista político, econômico e humanitário, e identifique, com base nos traços definidores da diplomacia brasileira, as razões que levaram o Brasil a abster-se na votação da referida resolução.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

VITOR MATTOS VAZ (27/30)

A primavera árabe não é um movimento homogêneo. De fato, conforme afirmou o pensador Edward Said, do Maghreb ao Mashreq ao Khalij, a umma árabe é composta de uma miríade de sociedades díspares, “multiculturais e multiidentitárias”. Consequentemente, o movimento iniciado pela revolução de jasmim tunisiana apresenta nuances em cada país que alcança. No caso específico da Líbia, os protestos emanados sobretudo a partir de Benghazi encontraram dura repressão. Diante de tal quadro de crise humanitária, o Brasil não se furtou de condenar a ação do Estado líbio, seguindo a posição da Liga Árabe; não obstante, frente aos termos excessivamente vagos e da abertura à interferência externa colocados pela resolução n.º 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o país optou por abster-se, em posição semelhante à de China, Rússia, Índia e Alemanha.



Em uma visão geral sobre o sistema político do mundo árabe, é possível perceber a forte presença de Estados autocráticos. De fato, a própria estrutura socioeconômica de parte das sociedades árabes – em que o Estado não necessita taxar a sociedade, tendo a função de dividir por ela as receitas externas da exportação de hidrocarbonetos – privilegia a habilidade do Estado de exercer poder sobre a sociedade, reduzindo a capacidade de pressão dos grupos civis. Por muito tempo, o arranjo autocrático foi apoiado pelos países centrais, temerosos de que a democracia acarretasse a instalação de regimes islamistas, nos moldes da revolução iraniana de 1979. A primavera árabe, como movimento autóctone, é a decisão popular de romper com esse padrão e de buscar o empoderamento do povo. Até o momento, a função protagônica do movimento revolucionário foi exercida por lideranças laicas, indo contra as expectativas mencionadas.

No caso específico da Líbia, vigia um sistema descentralizado, nomeado de República das Massas (Jamahiriya), onde a pletera de tribos diferentes que habita o país era representada em um Congresso dos Povos, cuja liderança – e poder de facto – era exercida por Khadaffi. Também neste caso, o movimento de Benghazi afirma lutar pela deposição de um regime autocrático.

As razões econômicas da Primavera Árabe podem ser, cum grano salis, atribuídas a fatores societários e demográficos. Em geral, o mundo árabe apresenta estrutura etária jovem. Malgrado certo ritmo de crescimento econômico na última década, a estrutura burocrática autocrática gerou oligarquização dos postos de trabalho. Como consequência, grassa o desemprego entre os mais jovens e mais escolarizados, ensejando insatisfação que é exponencializada pelo aumento atual dos preços dos alimentos e pela impossibilidade de se alterar o sistema pela via eleitoral. Por outro lado, o advento das novas mídias (internet) possibilitou novas formas de organização da sociedade civil antes inviabilizadas pela ação estatal. Em que pese o alto nível de desenvolvimento humano e os programas salutares de distribuição de renda organizados pela Líbia, tal lógica pode ser, em alguma medida, aplicada àquele país.

Os efeitos políticos do movimento são o redesenho potencial das alianças políticas dos governos árabes, que deverão responder aos anseios de seus povos, matriz cardinal da política externa. Economicamente, a instabilidade em zonas de passagem do petróleo leva ao encarecimento considerável do insumo, engendrando inflação e reduzindo as margens de crescimento ao redor do mundo. Em termos humanitários, destaca-se o caso líbio, em que o Estado usou de bombardeios aéreos e de ataques militares contra os manifestantes.

Inspirado na tradição principista de sua diplomacia – em especial no princípio basilar da auto-determinação dos povos – o Brasil louvou o direito das populações árabes de definir, de maneira autóctone, seu sistema político. Outrossim, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana – epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro – condenou qualquer tentativa governamental de reprimir, pelo uso da força, os movimentos da Primavera Árabe. Nesse contexto, diante das manifestas violações dos direitos humanos perpetradas pelo governo líbio, o Brasil apoiou a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em ação inédita, suspendeu a Líbia do Conselho de Direitos Humanos. Ademais, o país apoiou a resolução n°1970 do CSNU, prevendo embargos – a exemplo dos referentes à venda de armas – contra o governo de Trípoli. Em respeito aos mecanismos regionais, o Brasil observou a posição da Liga Árabe – favorável às medidas – antes de tomar tais atitudes.

Sem embargo, o país preferiu abster-se – junto com outras nações já mencionadas – na votação da Resolução n°1973, prevendo a criação de uma zona de exclusão aérea e a adoção de “todos os meios necessários” para apoiar os rebeldes. Dois aspectos preponderantes pesaram para a decisão brasileira. Por um lado, os países árabes evitaram, até o momento, culpar estrangeiros pelo processo revolucionário. Interferências forâneas poderiam deturpar tal narrativa, prejudicando seu caráter autóctone e legítimo. Por outro lado, os termos da Res.1973 (repetindo, em alguma medida, os da Res.1368, que almejava combater os responsáveis pelo 11 de Setembro.) são excessivamente vagos, ultrapassando



a posição da Liga Árabe (que mencionava apenas a zona de exclusão aérea.) O Brasil não estava convencido de que medidas tão amplas – que poderiam incluir, por exemplo, armar os rebeldes – não levariam à escalada dos conflitos na Líbia e na região, sendo, em última instância, contraproducentes. A própria falta de coesão da sociedade líbia – dividida em diversas tribos – poderia levar à dissipação do Estado, na esteira de um movimento que vinha não da sociedade, mas do estrangeiro.

Através de sua postura assertiva, porém cautelosa, o Brasil confirma sua legitimidade enquanto interlocutor do mundo árabe. Enquanto exemplo de democracia multiétnica e multicultural, o Brasil goza das credenciais para desenvolver diálogo construtivo e horizontal com os países árabes – igualmente multifacetados – em transição política, prescindindo da arrogância e dos preconceitos civilizacionais que marcam a postura de outros atores. Dotado de considerável comunidade sírio-libanesa, de interesses comerciais e políticos crescentes na umma árabe – exemplificados, respectivamente, pela conclusão do acordo de livre comércio Mercosul-Egito e pelas cúpulas da ASPA –, O Brasil tem a oportunidade de firmar laços ainda mais profundos com essas comunidades, servindo de exemplo de democracia, conforme mencionado mesmo pelo Presidente estadunidense Barack Obama.

QUESTÃO 3

Quem poderia imaginar, em um passado não tão distante, que os chefes de Estado do Brasil e da Argentina poderiam dar instruções a suas agências nucleares para que desenvolvessem conjuntamente um reator nuclear multipropósito com fins de pesquisa? Quem poderia supor que esses países desenvolveriam em conjunto um veículo militar para equipar os dois exércitos, ou que seriam capazes de cooperar em áreas tão variadas e de alta tecnologia como a construção de um satélite para observação de oceanos e da costa, a fabricação de peças para aviões, a TV digital? Há apenas três décadas, não seria possível, tampouco, iniciar estudos para a construção de hidrelétricas na fronteira ou para melhorar a integração rodoviária e ferroviária entre ambos os países. A fronteira, hoje, pode ser mais bem descrita como o espaço por excelência da integração, da paz, da união e da amizade.

Antonio Patriota. **Um exemplo de audácia.** *In:* La Nación, 10/1/2011 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, assim como a diversidade da agenda bilateral, analise os principais tópicos do relacionamento Brasil-Argentina.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

BRUNO PEREIRA REZENDE (17/20)

O relacionamento Brasil-Argentina é ponto fundamental da política externa brasileira em diversos âmbitos: bilateral, regional e multilateral. A aproximação entre os dois países, engendrada a partir de entendimentos na área nuclear que se estenderam a diversos outros âmbitos, compreende atualmente várias áreas de atuação, em uma aliança estratégica que corrobora a dimensão Sul-Sul da política externa do Brasil, com evidente capacidade de superação de eventuais desafios.



A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. A acentuação da vertente comercial entre os dois países foi impulsionada pela criação do MERCOSUL, em 1991, e a capacidade de superação de alguns desentendimentos (como a crise do Real de 1999 e a crise argentina de 2001) foi fundamental para a expansão do comércio bilateral. Os superávits comerciais brasileiros (de cerca de quatro bilhões de dólares em 2010) por vezes levam ao protecionismo argentino, como nos desacordos acerca da exportação de produtos da linha branca ou na suspensão das licenças automáticas de importação pela Argentina, em 2009. O governo brasileiro, entretanto, tem respondido com iniciativas de apoio, como os entendimentos acerca do Mecanismo de Adaptação Competitiva. O Brasil reconhece a importância do comércio com a Argentina, o que permite a superação de desafios protecionistas com uma postura conciliatória e propositiva.

O mercado argentino enquadra-se, também, como peça fundamental na estratégia de internacionalização de empresas brasileiras, como a Natura, que expande a linha de cosméticos para o país vizinho. A Petrobras tem investimentos na Argentina, grande produtora de petróleo e gás. A indústria de bebidas belgo-brasileira AB InBev tem ganhado projeção no mercado local, com a compra de empresas como a cervejaria Quilmes. O Banco Itaú também tem investido no país, ganhando espaço no setor bancário-financeiro. A inserção de empresas brasileiras no mercado argentino é, portanto, notória, revelando a importância do relacionamento bilateral para sua internacionalização.

A escolha da Argentina como a primeira visita presidencial de Dilma Rousseff revela a importância do país vizinho para a política externa brasileira no contexto da “autonomia pela diversificação”. Como ficou evidente na apreciação conjunta de diversos temas, Brasil e Argentina compartilham visões de mundo em amplas áreas, de segurança a tecnologia e inovação. Em anos recentes, a agenda bilateral diversificou-se e ampliou seu campo de atuação. Como demonstrado desde o início do governo Lula, com instrumentos como o Consenso de Buenos Aires (2003) e a Ata de Copacabana (2004), Brasil e Argentina reconhecem a necessidade de promoção do desenvolvimento em bases equitativas e reiteram a “aliança estratégica” firmada em 1997, por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. O desenvolvimento, como fundamento básico para a promoção da paz e da segurança internacionais, tem pautado a ação de Brasil e Argentina em diversos âmbitos.

Na América do Sul, Brasil e Argentina são grandes entusiastas da integração e da cooperação para o desenvolvimento, como demonstram suas ações no MERCOSUL e na UNASUL. Iniciativas como o FOCEM e o Conselho de Defesa Sul-Americano reiteram o compromisso de ambos os países com o desenvolvimento e com a segurança da região. No âmbito latino-americano, os dois países participam da MINUSTAH com contribuições militares e assistenciais, como exemplo da convicção de que segurança e desenvolvimento caminham juntos. Na Organização das Nações Unidas, Brasil e Argentina também compartilham interesses comuns, a despeito da reticência argentina em ratificar o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança. Nas instituições financeiras internacionais, os dois países defendem a reforma das instituições de Bretton Woods, como fundamento para maior democratização, legitimidade e eficácia dos foros. A cooperação é, portanto, prezada por ambos os países.

O relacionamento Brasil-Argentina em anos recentes, que abrange temas variados como cooperação tecnológico-científica (COBEN, Sabia-mar, reator multipropósito, Centro Binacional de Nanotecnologia), infraestrutura (pontes sobre o rio Uruguai, hidrelétrica binacional de Garabi e integração viária) e militar (veículo “gaúcho”, reator nuclear para submarinos), demonstra a amplitude e a importância da relação. A despeito de eventuais desafios, a parceria é, indubitavelmente, essencial para os dois países.



QUESTÃO 4

Defina BRIC — grupo negociador, bloco econômico, grupo consultivo, agrupamento ou nenhuma dessas opções? Em sua resposta, especifique a participação do BRIC nos regimes globais de comércio, clima e segurança e explicita o modo como iniciativas como essa contribuem para os esforços da política externa brasileira em prol do fortalecimento das estruturas de governança global.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

GERMANO FARIA CORREA (17/20)

O BRIC foi um termo originalmente cunhado por analistas de mercado para designar economias em rápida expansão e que têm o potencial de alterar as estruturas da economia mundial. Esse termo foi apropriado pelos formuladores de políticas de Brasil, Rússia, Índia e China, que decidiram constituir, em 2008, na Cúpula de Ecaterimburgo, um agrupamento de coordenação em temas da agenda bilateral. Por agrupamento deve-se entender a coordenação, com baixo grau de institucionalização, de países, característica que confere mais flexibilidade em suas atuações. Ademais, no início de 2011, a África do Sul aderiu ao agrupamento, em uma ampliação que extrapolou o âmbito inicial do conceito formulado pelo mercado e enfatiza o caráter político do, agora chamado, BRICS, que tem, entre seus objetivos centrais, a coordenação da posição dos seus membros nos mais diversos temas da agenda internacional. É importante ressaltar, nesse sentido, que apesar da coordenação no âmbito do BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, África do Sul não atuam em nome de um bloco nos diversos foros internacionais, mesmo porque há, em determinados temas, divergências de interesses, o que, entretanto, não impede o diálogo construtivo.

No âmbito do comércio, a participação da Rússia é reduzida, pois essa não faz parte ainda do regime da OMC. Não obstante, Brasil e Índia cooperam estreitamente para a conclusão da Rodada de Doha, em que pesem algumas divergências pontuais quando da última reunião ministerial em Genebra. No âmbito econômico e financeiro, a cooperação entre os BRICS é ainda mais estreita, como é possível constatar nas articulações feitas em face de crise financeira e nas propostas de reforma das instituições de Bretton Woods, de modo a torná-las mais representativas da atual estrutura da economia mundial. Simultaneamente, o BRICS defendeu maiores controles sobre capitais, com vistas a eliminar movimentos especulativos.

No âmbito das discussões sobre o clima, parte dos membros do BRICS articulam-se no agrupamento BASIC, formado por Brasil, África do Sul, Índia e China, atores fundamentais nas discussões recentes a respeito do regime pós-Quioto. Diante do impasse das negociações em Copenhague, em 2009, o BASIC apresentou acordo que propunha reduções voluntárias nas emissões e reafirmou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No âmbito da segurança, o BRICS conta com dois membros permanentes no CSNU. Em 2011, todos os membros do BRICS estão nesse órgão, o que indica a importância desse grupo na estabilidade e promoção da paz. Um exemplo da coordenação do agrupamento foi a abstenção conjunta de Brasil, Rússia, Índia e China na votação da resolução 1973, que autorizou intervenção na Líbia. Ademais, o presidente sul-africano tem atuado no sentido de mediar o conflito na Líbia por meio de conversas diretas com Muamar Kadafi.

O BRICS atua, portanto, em diversos tabuleiros da política internacional e seus membros articulam-se, a despeito de divergências pontuais, para a reforma das instituições



da governança global, de modo a dotar as mais importantes instâncias decisórias do mundo contemporâneo de mais representatividade e, conseqüentemente, mais legitimidade.

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 400 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase:** 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. **Terceira Fase:** 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução - Translation, Part A (20 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.



2. Versão - Translation, Part B (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo - Summary (15 pontos)

O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - Composition (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito “correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.



Prova de 2011

TRANSLATION

(Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following passage adapted from John Tomlinson's **Globalization and Cultural Identity**:

Once upon a time, local, autonomous, distinct and well-defined, robust and culturally sustaining connections existed between geographical place and cultural experience. They constituted one's "cultural identity", something people simply "had" as an inheritance, a benefit of continuity with the past. Identity, then, was not just a description of cultural belonging; it was a collective treasure of local communities. But it proved to be fragile, needing protection and preservation. Into this world of manifold, discrete cultural identities suddenly burst the corrosive power of globalization. Globalization, so the story goes, has swept like a flood tide through the world's diverse cultures, bringing a market-driven homogenization of cultural experience, thus obliterating the differences between locality-defined cultures. Whilst communities in the mainstream of the flow of capitalism have seen a sort of standardized version of their cultures exported worldwide, it is the "weaker" cultures of the developing world that have been most threatened.

John Tomlinson. **Globalization and cultural identity**. Internet: <www.polity.co.uk>.

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (19/20)

Houve um tempo em que existiam, entre o espaço geográfico e a experiência cultural, conexões locais, autônomas, claras e bem definidas, robustas e culturalmente duradouras. Elas constituíam a "identidade cultural" de cada um, algo que as pessoas simplesmente "possuíam" como herança, um benefício de continuidade com o passado. A identidade, então, não era apenas uma descrição de pertencimento cultural, mas também um tesouro coletivo das comunidades locais; entretanto, ela mostrou-se frágil, dependente de proteção e de preservação. Nesse mundo com identidades culturais variadas e distintas, repentinamente irrompeu o poder corrosivo da globalização, que, seguindo a narrativa, varreu as diversas culturas do mundo como um maremoto, provocou uma homogeneização da experiência cultural orientada pelo mercado e, por conseguinte, obliterou as diferenças entre as culturas locais. Se as comunidades pertencentes ao "mainstream" do fluxo capitalista testemunharam a disseminação mundial de uma espécie de versão padronizada de suas culturas, foram as culturas "mais fracas" do mundo em desenvolvimento que sofreram a ameaça maior.



PART B (15 marks)

Translate the following excerpt from Mauro José Teixeira Destri's **Globalização, Educação e Diversidade Cultural**

into English:

Os problemas da globalização e as consequências e desafios que ela apresenta a respeito de assuntos como a biodiversidade, a diversidade cultural e a educação estão fundamentados na perspectiva histórica da ocidentalização do mundo, iniciada pela dominação colonial europeia desde o século XV e ratificada pelo poderio norte-americano em todas as esferas, com seu poder de "disseminar cultura". Tal dominação do etnocentrismo ocidental, amparada por uma ideologia neoliberal, abrange não só o domínio econômico-financeiro, mas também o controle da informação e das comunicações referentes às grandes empresas multinacionais, impondo, dessa forma, uma "padronização" cultural. A globalização tem sua limitação mais grave por não ter um modelo de sociedade viável. A educação, concebida como a transmissão de visões do mundo, de saberes e de sistemas de valores, tem um enorme desafio histórico na defesa e na preservação da diversidade cultural, o que tem sido abordado em diversas esferas pelos diversos países ao redor do mundo.

Mauro José Teixeira Destri.
Globalização, educação e diversidade cultural. Internet:
 <www.fsma.edu.br>.

DANILO VILELA BANDEIRA (15/15)

The problems of globalization and the consequences and challenges it presents concerning subjects such as biodiversity, cultural diversity and education are based on the historical perspectives of the world's occidentalization, which began with European colonial dominance since the XVth century and was ratified by the American might in every sphere, with its power to "disseminate culture". This dominance of Western ethnocentrism, supported by a neoliberal ideology, encompasses not only the economic and financial field, but also the control of information and communication related to big multinational corporations, thereby imposing a cultural "standardization". Globalization has its main limitation because it does not have a feasible model of society. Education, conceived as the transmission of world visions, of knowledge and of systems of values, has an enormous historical challenge in defending and preserving cultural diversity, which has been discussed in several spheres by many countries around the world.



SUMMARY (Total: 15 marks)

Write in your own words a summary of the following article from **The Economist** in no more than 200 words.

Geoffrey Crowther, editor of **The Economist** from 1938 to 1956, used to advise young journalists to "simplify, then exaggerate". He might have changed his advice if he had lived to witness the current debate on globalisation. There is a lively discussion about whether it is good or bad. But everybody seems to agree that globalisation is a *fait accompli*: that the world is flat, if you are a (Tom) Friedmanite, or that the world is run by a handful of global corporations, if you are a (Naomi) Kleinian.

Pankaj Ghemawat of IESE Business School in Spain is one of the few who has kept his head on the subject. For more than a decade he has subjected the simplifiers and exaggerators to a barrage of statistics. He has now set out his case — that we live in an era of semi-globalisation at most — in a single volume, **World 3.0**, that should be read by anyone who wants to understand the most important economic development of our time.

Mr Ghemawat points out that many indicators of global integration are surprisingly low. Only 2% of students are at universities outside their home countries; and only 3% of people live outside their country of birth. Only 7% of rice is traded across borders. Only 7% of directors of S&P 500 companies are foreigners — and, according to a study a few years ago, less than 1% of all American companies have any foreign operations. Exports are equivalent to only 20% of global GDP. Some of the most vital arteries of globalisation are badly clogged: air travel is restricted by bilateral treaties and ocean shipping is dominated by cartels.

Far from "ripping through people's lives", as Arundhati Roy, an Indian writer, claims, globalisation is shaped by familiar things, such as distance and cultural ties. Mr Ghemawat argues that two otherwise identical countries will engage in 42% more trade if they share a common language than if they do not, 47% more if both belong to a trading block, 114% more if they have a common currency and 188% more if they have a common colonial past.

What about the "new economy" of free-flowing capital and borderless information? Here Mr Ghemawat's figures are even more striking. Foreign direct investment (FDI) accounts for only 9% of all fixed investment. Less than 20% of venture capital is deployed outside the fund's home country. Only 20% of shares traded on stockmarkets are owned by foreign investors. Less than 20% of Internet traffic crosses national borders.

And what about the direction rather than the extent of globalisation? Surely Mr Friedman (author of **The World is Flat**) and company are right about where we are headed even if they exaggerate how far we have got? In fact, today's levels of emigration pale beside those of a century ago, when 14% of Irish-born people and 10% of native Norwegians had emigrated. Back then you did not need visas. Today the world spends \$88 billion a year on processing travel documents and in a tenth of the world's countries a passport costs more than a tenth of the average annual income.

That FDI fell from nearly \$2 trillion in 2007 to \$1 trillion in 2009 can be put down to the global financial crisis. But other trends suggest that globalisation is reversible. Nearly a quarter of North American and European companies shortened their supply chains in 2008 (the effect of Japan's disaster on its partsmakers will surely prompt further shortening). It takes three times as long to process a lorry-load of goods crossing the Canadian-American border as it did before September 11th 2001. Even the Internet is succumbing to this pattern of regionalisation, as governments impose a patchwork of local restrictions on content.

Mr Ghemawat also explodes the myth that the world is being taken over by a handful of giant companies. The level of concentration in many vital industries has fallen dramatically since 1950 and remained roughly constant since 1980: 60 years ago two car companies accounted for half of the world's car production, compared with six companies today.

He also refutes the idea that globalisation means homogenisation. The increasing uniformity of cities' skylines worldwide masks growing choice within them, to which even the most global of companies must adjust. McDonald's serves vegetarian burgers in India and spicy ones in Mexico, where Coca-Cola



uses cane sugar rather than the corn syrup it uses in America. MTV, which went global on the assumption that "A-lop-bop-a-doo-bop-a-lop-bam-boom" meant the same in every language, now includes five calls to prayer a day in its Indonesian schedules.

Mr Ghemawat notes that company bosses lead the pack when it comes to overestimating the extent of globalisation. Nokia, for example, spent years trying to break into Japan's big but idiosyncratic mobile-handset market with its rest-of-the-world-beating products before finally conceding defeat. In general companies frequently have more to gain through exploiting national differences — perhaps through arbitrage — than by muscling them aside.

This sober view of globalisation deserves a wide audience. But whether it will get it is another matter. This is partly because **World 3.0** is a much less exciting title than **The World is Flat** or "Jihad vs. McWorld". And it is partly because people seem to have a natural tendency to overestimate the distance-destroying quality of technology. Go back to the era of dictators and world wars and you can find exactly the same addiction to globaloney. Henry Ford said cars and planes were "binding the world together". Martin Heidegger said that "everything is equally far and equally near". George Orwell got so annoyed by all this that he wrote a blistering attack on all the fashionable talk about the abolition of distance and the disappearance of frontiers — and that was in 1944, when Adolf Hitler was advancing his own unique approach to the flattening of the world.

The Economist. April 23rd, 2011, p. 72.

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (13.5/15)

Whilst writers such as Tom Friedman advocate that globalization is a reality, other thinkers have put this much talked about process under more severe scrutiny. Pankaj Ghemawat, for instance, asserts that the current scenario can be described as an era of semi-globalization.

According to the data compiled by the researcher, not many students are studying abroad, nor the number of people living outside their birth place is substantial. Few CEOs are foreigners, the amount of exported goods is relatively low and restrictions to transport flows are abundant. Furthermore, interstate relations are commonly established between countries that share a similar background. Surprisingly, foreign direct investment counts for 9% of the world's fixed investment. This relates to the fact that many states put a tight rein on Internet traffic.

Other myths are dissolved by Ghemawat. Current emigration levels are lower than those of a century ago, due to a more rigid passport control. Besides, regionalization is balking the flow of goods between borders. The author also refutes the idea of homogenization. Global companies are permanently adjusting their modus operandi to local premises. Not all of them, however, succeed when trying to penetrate certain local markets.

Ghemawat's view is disquieting, for it contests the tendency according to which people give technology an ubiquitous quality.



COMPOSITION

(Total: 50 marks)

I do not want my house to be walled in on all sides and my windows to be stuffed. I want the cultures of all the lands to be blown about my house as freely as possible. But I refuse to be blown off my feet by any.

Mahatma Ghandi

In light of the above quotation and of the other texts comprising the test, would you say that globalization is a threat to local culture or a source of its enrichment?

DANILO VILELA BANDEIRA (45/50)

Communication between different cultural and mutual influence are inherent in human history: no society can fully develop if it is kept in isolation, and Brazil provides a powerful example of the potential of intercultural dialogue. Yet, these relations often unfold under unequal terms, causing the imposition of the characteristics of a cultural to the detriment of others. This is what Gandhi condemns in his statement, in accordance with the tolerant, but proud stance in relation to culture that he adopted throughout his life.

It is important, to begin with, to reject radical views that may tend to xenophobia. Language, music, dance, food: a brief analysis would show that all these aspects, which are at the core of any culture, evolved through interaction. A great deal of examples could be mentioned, but jazz and bossa nova suffice to illustrate this thesis: as the result of a complex process of cultural mixture of African, Brazilian and American sounds, these groundbreaking music styles are positive outcomes of a broad process of globalization. It is reasonable to imagine that Gandhi had something similar in mind when he talked about letting “cultures of all the lands to be blown about” his house.

Unfortunately, harmony is not the only possible result of globalization. History has shown time and again that interaction in a situation of inequality of economic or political forces tends to favor the values carried by the strongest part. Indeed, it would require a great deal of imagination to argue that indigenous people in Brazil benefited from their relations with the Portuguese invaders. Their near annihilation throughout the centuries, together with the impoverishment of the culture of the survivals, constitutes precisely the process of “being blown off his feet” described by Gandhi in his statement.

Current impacts globalization has on “weaker” cultures are not essentially different from those experienced by indigenous people. As clever as Pankaj Ghemawat’s argument about the adaptation of Mcdonald’s to Mexican’s spicy taste may sound, it is not clear how exactly this phenomenon contributes to preserving local cultures. The very substitution of ancient traditional meals for standardized fast food coming from the center of capitalism is enough to affect a people’s culture, and the addition of local features to the original product does little to prevent this from happening.

It is no easy task to find the right balance between inner characteristics and outside influence. Nonetheless, it is beyond doubt that, as Mauro José Teixeira Destri points out, education plays a pivotal role in providing citizens with the tools required to undertake this task. Only by forming critical, well-informed and conscious citizens will countries manage to neutralize the threats of globalization and use it as a source of enrichment. Otherwise, the future may be one of gloomy homogenization under the aegis of American influence.



NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadoras do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.



Prova de 2011

QUESTÃO 1

Os ingressos líquidos de divisas na conta financeira do balanço de pagamentos têm possibilitado o financiamento integral do déficit em transações correntes, bem como a continuidade da política de fortalecimento das reservas internacionais, via aquisições de dólares pelo Banco Central do Brasil no mercado doméstico.

Banco Central do Brasil. **Relatório da Administração, 2010**, p. 6 (com adaptações).

A partir dessas informações, redija um texto dissertativo, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a estrutura básica do balanço de pagamentos e, de maneira sucinta, a situação do balanço de pagamentos do Brasil;
- ▶ as razões para o aumento das reservas cambiais brasileiras;
- ▶ os benefícios e custos de se manterem reservas elevadas.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

JOÃO HENRIQUE BAYÃO (29/30)

O balanço de pagamentos é um mecanismo desenvolvido para registrar toda operação envolvendo entradas e saídas de divisas entre residentes e não residentes de uma dada economia em um determinado período de tempo. Ele funciona pelo método das partidas dobradas, ou seja, para toda entrada em alguma de suas contas e subcontas deve haver o registro de uma saída.

Sua estrutura básica se divide na conta de transações correntes (TC), na conta capital e financeira (CCF), na conta de erros e omissões e na conta que registra a variação dos haveres (ΔH). A conta TC subdivide-se na balança comercial, que registra a exportação e importação de bens, na balança de serviços, que registra o comércio de serviços como aluguéis, royalties, turismo, fretes e outros, na balança de rendas, que registra a remuneração dos fatores de produção (juros, lucros e salários) e, finalmente, na conta de transferências unilaterais (TU), que registra o envio e recebimento de doações em espécie ou mercadorias de não residentes e governos estrangeiros. A conta capital e financeira subdivide-se na conta capital, que registra a transferência unilateral de ativos pertencentes a migrantes internacionais e a transferência de bens não financeiros não produzidos, como a aquisição de patentes, por exemplo; e na conta financeira, que registra a entrada de recursos financeiros como empréstimos, investimentos e amortizações, entre outros. Consideradas conjuntamente, as contas TC e CCF são denominadas de transações autônomas. Existe ainda a conta de erros e omissões, que registra variações que não foram devidamente registradas, mas que efetivamente ocorreram.

Somadas, as contas TC, CCF e erros e omissões fornecem o resultado do balanço de pagamentos. Este resultado é registrado com sinal invertido como haveres da autoridade monetária. Assim, devido ao método das partidas dobradas, uma variação positiva no balanço de pagamentos (BP) será registrada com sinal negativo nos haveres da autoridade



monetária. Por tal razão, a soma de TC, CCF, erros e omissões e ΔH deve, necessariamente, ser zero.

O Brasil hoje apresenta um resultado final positivo na BP. Isso se deve à soma de um conjunto de fatores. A BC do Brasil é positiva desde 2001, havendo alcançado um recorde no ano de 2006. Desde então vem apresentando resultados inferiores, mas ainda positivos. Em 2010 o saldo da BC superou US\$20 bilhões. A balança de serviços e rendas é historicamente negativa devido tanto às remessas de lucros, juros e salários (balança de rendas), quanto ao pagamento de fretes, seguros e viagens internacionais (serviços). As transações correntes, que foram positivas entre 2003 e 2007, apresentam hoje um déficit, agravado pela queda do saldo comercial. A conta TU é ligeiramente positiva, sem influenciar em muito o saldo da TC. O déficit da TC é, no entanto, compensado pelo saldo positivo da CCF. Com isso, o resultado final do BP tem sido superavitário (ΔH negativo).

As reservas cambiais vêm aumentando devido ao grande ingresso de divisas, que possui razões endógenas e exógenas. O baixo crescimento mundial, excetuadas certas regiões, como a Ásia, além da ampla liquidez externa, oriunda dos baixos juros praticados nos Estados Unidos, seu déficit comercial e sua ampla liberação de recursos desde novembro de 2010, aumentaram a tendência de buscas por mercados rentáveis. Internamente, a valorização das commodities no mercado mundial tem ampliado as exportações brasileiras, o que aumenta a oferta de divisas. A CCF vem apresentando expressivos saldos positivos devido aos juros ainda altos praticados internamente, o que atrai o capital especulativo, além do sólido crescimento da economia brasileira, as boas expectativas e o baixo risco Brasil. Tudo isso tem levado a um aumento expressivo dos investimentos estrangeiros no país. Em resumo, a entrada de divisas superior à saída, combinada com a aquisição de divisas pela autoridade monetária, tem aumentado as reservas cambiais.

A manutenção de amplas reservas, que hoje superam US\$300 bilhões, traz consequências positivas e negativas. Por um lado, as intervenções do Banco Central adquirindo reservas têm impedido a maior valorização do real, o que seria particularmente danoso para a competitividade do produto nacional. Ao diminuir a oferta de divisas, o real se aprecia menos. Ademais, as reservas dão segurança e sinalizam para a robustez da economia. Isso é particularmente benéfico em contextos de crise, como a de 2008. Igualmente, a disposição de amplas reservas permite a consolidação de um fundo soberano, o que, a longo prazo, ajudaria a diminuir o déficit na conta de rendas. O lado ruim é que, dada a entrada maciça de recursos, o governo é obrigado a retirar moeda de circulação, para impedir a inchação do meio circulante. Para isso, o governo emite títulos públicos, retirando reais de circulação. Tais títulos são vendidos a juros superiores aos praticados nos mercados externos. Assim, o governo não consegue aplicar suas reservas ao mesmo valor com que remunera seus títulos. Essa diferença representa um alto custo para os cofres públicos.



QUESTÃO 2

Duas são as principais explicações para o fenômeno inflacionário: a inflação de demanda e a inflação de custos. Redija um texto dissertativo acerca de cada uma dessas vertentes do pensamento econômico, apontando a filiação teórica de cada uma delas e comentando a recente tendência de elevação de preços observada nos países que integram o BRIC.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (27/30)

A inflação pode ser definida como o aumento geral dos preços de uma economia. Na teoria econômica, há grandes divergências para que se defina a principal causa do mecanismo inflacionário. Nesse contexto, interessante é analisar a alta inflacionária nos países integrantes do BRIC.

Inicialmente, cabe analisar a chamada inflação de demanda. Para os monetaristas, a inflação tem sua principal causa no aumento da demanda agregada. Geralmente, esse aumento ocorre via elevação dos gastos do governo ou via política monetária expansionista. Conforme observa Milton Friedman, no curto prazo, pode haver algum grau de rigidez nominal que permita a validade do “trade-off” inflação-desemprego. Em outras palavras, no curto prazo, o aumento da demanda agregada, com conseqüente elevação dos preços (processo inflacionário), pode permitir o aumento do emprego. No longo prazo, no entanto, considera-se válida a hipótese de total flexibilidade de variáveis nominais e do mecanismo de expectativas adaptativas, havendo a tendência de longo prazo de que a inflação esperada seja igual à inflação efetiva ($\pi_e = \pi$). De uma perspectiva ortodoxa radical, qualquer política expansionista, seja monetária ou fiscal, conduz ao desequilíbrio das forças de mercado via expansão da demanda agregada e alta dos preços, sem qualquer impacto em variáveis reais da economia.

Os diagnósticos de inflação de custos, por sua vez, entram nas avaliações estruturalistas da economia. Grandes gargalos de infraestrutura ou elevados preços de produtos alimentícios básicos elevam os custos de produção, não permitindo que a oferta agregada acompanhe a expansão da demanda agregada. Por via de outro raciocínio, o aumento de custos de produção, “ceteris paribus”, pode levar a uma retração da oferta agregada, com conseqüente quadro de estagflação. A inflação de custos também tem importante papel no que alguns economistas consideram análises heterodoxas da inflação. Exemplo histórico é a análise contida no PAEG de que os salários estavam além da capacidade produtiva, isto é, o nível muito alto dos salários criava restrições às possibilidades de expansão da oferta agregada, o que gerava elevação geral de preços.

Para além da consideração de inflação de custo e de demanda, pode-se considerar ainda a influência da taxa de câmbio no processo inflacionário. Com efeito, desvalorizações cambiais (aumento da taxa de câmbio nominal, considerando-se a relação real-dólar) podem levar ao encarecimento dos produtos importados, que também fazem parte da cesta de consumo das famílias. Tal contribui para a elevação geral dos preços via “pass-through”, algo que pode ser considerado para explicar a inflação na China, por exemplo.

A recente tendência de elevação de preços observada nos países do BRIC comporta análises baseadas na inflação de demanda e na inflação de custos. No caso do Brasil, por exemplo, a inflação tem causas internas, como o aumento dos gastos do governo, que tem anunciado grandes projetos de infraestrutura, como as usinas de Jirau e Santo Antônio. Processo semelhante pode ser observado nos outros países do BRIC, constatando-se aumento do gasto público e dos investimentos na China e na Índia e tentativas de amplas reformas urbanas na Rússia, que procura alterar a situação das monogorodas, cidades



monofuncionais, muitas em decadência. Ademais, o crescimento acelerado do PIB na Índia e na China contribui para elevar a demanda por bens primários produzidos no Brasil. Como a população daqueles dois países ultrapassa, em conjunto, 2 bilhões, o aumento da demanda em Índia e China tem grande impacto internacional, elevando o preço das “commodities” e alimentos em geral. Nesse aspecto, cabe ressaltar que também se verificam processos inflacionários causados pelo aumento dos custos. A recente elevação do preço internacional dos alimentos encarece a mão-de-obra, já que influenciará nos reajustes salariais. A elevação do custo de mão-de-obra, por sua vez, cria dificuldades de expansão da oferta agregada em contexto de forte crescimento da renda nacional no Brasil, na Índia e na China (a Rússia é uma exceção neste caso, dado o impacto da crise financeira de 2008 em sua economia).

Como fica demonstrado pela análise da inflação nos países do BRIC, nem sempre a inflação terá somente uma causa. Com efeito, as situações reais dos países afiguram-se mais complexas que as hipóteses das teorias econômicas.

QUESTÃO 3

A despeito do desequilíbrio entre oferta e demanda de divisas observado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra decidiu manter o câmbio fixo e controlar administrativamente as importações. Segundo Celso Furtado, tal opção foi, em última instância, benéfica ao setor industrial. A partir dessas informações, faça o que se pede a seguir.

- ▶ Indique os fatores que causaram o desequilíbrio no comércio exterior àquela época.
- ▶ Descreva a política de controle das importações implementada no governo Dutra.
- ▶ Explícite o argumento de Celso Furtado em relação ao benefício que a referida decisão governamental gerou ao setor industrial.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (20/20)

O início do Governo de Gaspar Dutra, no imediato pós-Guerra, foi marcado por grande disponibilidade de divisas, mas também por pressões inflacionárias e déficit fiscal. A política econômica desse período é considerada, de forma geral, como pendular, porque oscilou, inicialmente, de medidas predominantemente ortodoxas, a fim de controlar a inflação, para ações em outro sentido, na segunda metade do mandato presidencial.

De início, em decorrência da avaliação de que o país não estaria sujeito a vulnerabilidades externas, o acesso à moeda estrangeira foi liberado, mas manteve-se o câmbio fixo. O país detinha, então, divisas em moedas européias, que, por causa da má situação econômica no pós-Segunda Guerra, pouco lhe valeriam para o pagamento de uma dívida crescentemente dolarizada. A necessidade de reconstrução e de recuperação das economias centrais provocou um impacto negativo nas exportações do Brasil, especialmente em virtude do fato de que seus principais produtos de exportação, como o café ainda era, não se caracterizavam pela essencialidade. O acesso facilitado ao dólar, cujo valor foi mantido fixo, acarretou aumento da demanda por importações, o que levou o governo, finalmente, a adotar medidas de controle.



O objetivo de limitar as importações foi efetuado por meio do estabelecimento da necessidade de licenças para compras do exterior. O sistema de licenças foi instaurado em 1947, ao mesmo tempo que se limitou o acesso ao dólar, que deveria ser comprado no Banco do Brasil.

O sistema adotado pelo Governo Dutra beneficiou o setor industrial doméstico, conforme apontou Celso Furtado, porque implicou uma proteção dos produtores brasileiros contra a concorrência de produtos importados, ao mesmo tempo que proporcionava condições especiais de importação de máquinas e de equipamentos para a indústria nacional. Dessa maneira, a lucratividade dos industriais brasileiros era mantida elevada, ao passo que havia condições para investimento na ampliação da capacidade instalada. Tratou-se, por conseguinte, de um estímulo à política de industrialização por substituição de importações, que diminuía a necessidade do país de captar divisas internacionais e, assim, aliviava a situação do balanço de pagamentos brasileiro.

QUESTÃO 4

As taxas de juros estão entre os aspectos mais discutidos em relação à economia brasileira nos últimos anos. O Banco Central do Brasil argumenta que a queda na taxa de juros depende da redução dos gastos públicos, cujo aumento, de acordo com alguns analistas, foi necessário para se evitarem os efeitos da crise mundial. Com relação a esse assunto, responda aos seguintes questionamentos.

- ▶ Como o aumento dos gastos públicos influencia as taxas de juros, considerando-se os mercados de fundos emprestáveis?
- ▶ Como o aumento dos gastos públicos pode afetar o produto de equilíbrio, considerando-se o mercado de bens e serviços?

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

Considerando-se o mercado de fundos emprestáveis, pode-se dizer que o aumento do gasto público fará com que o governo dispute com o setor privado a oferta de financiamentos, levando a um aumento da demanda pelos mesmos, tudo mais constante. Em consequência, elevar-se-ão os juros. Em outras palavras, considerando-se que não há expansão da oferta de fundos emprestáveis, a demanda por esses fundos será expandida, elevando os juros. Essa é uma forma plausível de explicar a elevação dos juros devido aos gastos do governo, mas não é a única. Se considerarmos que o governo está financiando seus gastos não por meio da captação de recursos no mercado de fundos emprestáveis, mas sim consumindo sua poupança (Sg), que faz parte da poupança bruta doméstica, ocorrerá uma retração da oferta de fundos emprestáveis e, tudo mais constante, elevação dos juros. São duas formas de explicar um mesmo fenômeno, a elevação dos juros em razão dos gastos do governo. Esse fenômeno integra a análise da dominância fiscal, conforme observa Gustavo Franco, que assevera que os gastos públicos elevados acabam



sendo preponderantes para o estabelecimento de um patamar elevado da taxa básica de juros da economia.

O aumento dos gastos públicos e, como consequência, dos juros tem impacto sobre o produto de equilíbrio via efeito “crowding-out” (efeito deslocamento) e efeito multiplicador. Inicialmente, os gastos do governo têm um impacto sobre o PIB via efeito multiplicador, dada uma determinada taxa de propensão marginal a consumir. Por outro lado, o aumento dos juros levará a uma retração da demanda agregada (efeito deslocamento). Com efeito, juros elevados desestimularão o consumo das famílias, o investimento por parte das empresas e, em se tratando de economia sob regime de câmbio flutuante, levarão a uma queda das exportações líquidas. Nesse último aspecto, vale fazer maiores esclarecimentos. O aumento da taxa de juros, ultrapassando a taxa internacional de juros somada ao prêmio de risco (considerando-se a paridade de juros coberta), atrairá capital externo, elevando a taxa de câmbio nominal (apreciação da moeda), o que desestimulará as exportações e estimulará as importações. Diga-se ainda que uma retração ou expansão do produto de equilíbrio dependerá de qual efeito será preponderante, o efeito multiplicador ou o efeito deslocamento.

Por fim, deve-se observar que o aumento dos gastos públicos em regime de câmbio fixo tem outros efeitos. Costuma-se dizer que uma política fiscal expansionista em regime de câmbio fixo tem eficácia plena. Isso porque o aumento dos gastos do governo com consequente aumento da taxa de juros interna ocasionará influxo de capitais externos, forçando a autoridade monetária a expandir a oferta monetária, via política monetária expansionista, para evitar a valorização da moeda nacional. O aumento da oferta monetária causará aumento da demanda agregada, a qual já havia sido expandida inicialmente com o aumento dos gastos do governo.



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I -Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.** 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II - Direito internacional público.** 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (jus cogens). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese,



estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Alguns doutrinadores consideram o preâmbulo do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (Carta da ONU) como a expressão do constitucionalismo internacional. Alegam, em defesa dessa tese, que, no texto, há referência à composição da comunidade internacional (povos e governos), ao seu passado (escória da guerra), às suas crenças (direitos humanos fundamentais), ao seu projeto de futuro (estabelecimento da justiça, progresso econômico e social e autodeterminação dos povos). Outros argumentam que a possibilidade de a Carta da ONU produzir efeitos sobre Estados não membros da organização — "A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais" (art. 2.º, inc. 6) — bem como sobre obrigações decorrentes de outros tratados — "No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta" (art. 103) — representa exceção a dois princípios fundamentais do direito das gentes (*res inter alios acta* e *pacta sunt servanda*), o que indicaria, segundo esses doutrinadores, a existência de um direito superior representado pelo instrumento constitutivo. Há, por fim, os que afastam essas perspectivas ao argumento da inexistência da hierarquia entre os órgãos das Nações Unidas na interpretação da Carta, assim como ao da ausência de freios e contrapesos entre esses mesmos órgãos. Posicione-se, de maneira fundamentada, em relação a esse debate.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (30/30)

A discussão sobre hierarquia de fontes normativas e a preeminência de certos órgãos das Nações Unidas é matéria controversa na doutrina de Direito Internacional Público. A análise jurídica de tal questão pode, no entanto, pautar-se pelo atual estágio do Direito Internacional geral e pelas disposições da Carta da ONU, visto que o surgimento das Nações Unidas inaugura uma renovada fase do Direito Internacional.

Inicialmente, há que se observar que, em regra, não há hierarquia entre fontes do Direito Internacional Público. Destarte, um costume superveniente poderia, por exemplo, derogar ou ab-rogar disposições de um tratado, sendo o raciocínio inverso plausível de



igual maneira. Não obstante, o Direito Internacional contemporâneo passa por um processo de “constitucionalização”, tendo em vista a proliferação de regimes normativos internacionais contendo conjuntos de normas secundárias, a exemplo de regras de julgamento, que estabelecem sistemas específicos de solução pacífica de controvérsia com decisões obrigatórias. Considere-se ainda a existência de normas de Direito Internacional geral imperativas, chamadas de “jus cogens” (artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados), como o direito à vida e à existência digna. Tais normas não admitem derrogação, a não ser por outra norma de “jus cogens”.

No que tange à prescrição do artigo 103 da Carta da ONU, deve-se observar que há, de fato, prevalência das obrigações decorrentes da Carta em relação às obrigações estatuídas por outros acordos. Nesse contexto, a ONU possui legitimidade suficiente para que assim se entenda a questão da hierarquia das fontes: hoje, 192 Estados são membros da ONU, a ampla maioria da sociedade dos Estados. Com isso, a força normativa do artigo 103 da Carta decorre da própria manifestação da vontade da sociedade dos Estados. Caso um ente estatal que não seja membro da ONU envolva-se em questão atinente à paz e à segurança mundial, de igual maneira, estaria ele obrigado pelas disposições da Carta da ONU, sendo aqui necessária detida reflexão.

De início, poder-se-ia alegar que um Estado não membro da ONU está desobrigado em relação ao disposto no artigo 2º, inc. 6, da Carta da ONU, haja vista a necessidade de respeito ao princípio da não intervenção, corolário da soberania, também previsto no artigo 2º da Carta da ONU. Não obstante, como observa Luigi Ferrajoli, em *A Soberania no Mundo Moderno*, não subsiste mais o conceito de soberania absoluta. Esta se encontra limitada internamente pela noção de Estado de Direito, que impõe a necessidade de respeito aos direitos fundamentais. No âmbito externo, a soberania é limitada pelo compromisso com a paz e o respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a soberania moderna arvora-se em um binômio direito-dever: direito de agir de forma independente no cenário internacional, sempre observado o compromisso com a paz e os direitos humanos. Não há, portanto, domínio reservado absoluto titularizado pelos Estados. Este foi o entendimento da Assembleia Geral da ONU ao editar a Resolução 60/01, de 2005, adotando a doutrina da responsabilidade de proteger. Permanecem hígidas a legalidade e a legitimidade da atuação da ONU, em especial do Conselho de Segurança, em matéria de paz e segurança, podendo envolver o respeito aos direitos humanos, mesmo em relação a Estados não membros da ONU.

Por fim, há que se analisar o argumento de que inexistente hierarquia entre os órgãos da ONU e o de que não há sistema de freios e contrapesos entre os mesmos. Tais argumentos são parcialmente corretos. A Corte Internacional de Justiça, por exemplo, não dispõe de poderes executórios, ficando na dependência de eventual atuação do Conselho de Segurança, conforme o disposto no artigo 94 da Carta da ONU. De qualquer maneira, não resta dúvida de que as resoluções do CSNU e as decisões da CIJ, mesmo as interlocutórias, são obrigatórias, o que se depreende dos julgados do caso *Lockerbie* e do acórdão da CIJ sobre a questão de mérito do caso *La Grand*, de 2001. Fica claro, assim, que, no âmbito do Direito Internacional, não há somente relações de coordenação, havendo, em dadas circunstâncias, relações de subordinação.

Tendo em vista os argumentos expendidos, pode-se afirmar que a defesa de um constitucionalismo internacional em formação possui bases de sustentação. Com efeito, a ideia de que a vontade de cada Estado em particular é soberana e absoluta depara-se com vários constrangimentos, tais como o dever de respeitar os direitos humanos e de buscar a promoção da paz e da estabilidade internacional, o que pode ser ainda considerado no âmbito normativo do “jus cogens”. Ademais, a noção de soberania absoluta não mais se sustenta na doutrina e na prática internacional. Nesse contexto, as prescrições da Carta da ONU assumem especial caráter de legalidade e de legitimidade, dado o amplo apoio da comunidade internacional a essa organização internacional, guardiã da indivisibilidade da paz e dos direitos humanos.



QUESTÃO 2

Em que pese a contribuição expressiva da Corte de Haia em casos relevantes para a comunidade internacional, é no seio do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio onde se forja, atualmente, o moderno direito internacional, haja vista não só a quantidade de disputas submetidas e esse sistema, mas também a qualidade da tarefa de interpretação jurídica levada a cabo pelo Órgão de Apelação, que lança mão, com frequência, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

Comente a proposição acima apresentada, com base na atuação, desde o pós-Segunda Guerra, da Corte Internacional de Justiça da Haia e, desde 1995, do Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio, bem como à luz do extenso corpo jurisprudencial desenvolvido nesses dois âmbitos.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

DANILO VILELA BANDEIRA (27/30)

A Corte Internacional de Justiça e o órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio são reflexos do processo de jurisdicionalização do Direito Internacional em dois momentos diferentes, quais sejam, o pós-Segunda Guerra e a década de 1990, respectivamente. Com competências que não se confundem, ambos os organismos têm atuação relevante na aplicação do Direito Internacional, cabendo à CIJ um papel mais amplo – e, portanto, mais complexo – do que ao Órgão de Apelação. A dificuldade de implementação das sentenças da CIJ, em contraste com a relativa eficiência da implementação das decisões do Órgão de Apelação, é o que leva o autor do excerto a afirmar que é no seio da OMC que se forma, hoje, o moderno Direito Internacional.

A CIJ foi estabelecida pela Carta da ONU, em substituição à antiga Corte Permanente de Justiça Internacional. Funcionando como instância máxima de solução jurisdicional para litígios entre Estados, o organismo alcançou maior êxito na resolução de conflitos relativos a questões de fronteiras, uso de rios e limites marítimos. Isso deve-se à relutância dos Estados em aceitar sua jurisdição e suas sentenças no tocante a questões mais complexas, notadamente as referentes a conflitos militares. Nesse aspecto, a natureza mesma do Direito Internacional, baseado no consentimento dos Estados, interpõe alguns desafios: um país que, embora membro da ONU, não tenha assinado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória – como é o caso do Brasil – não está internacionalmente obrigado a aceitar ser parte em litígio perante a Corte. Sua mera recusa impossibilita o prosseguimento do julgamento, o que dificulta o trabalho da CIJ em zelar pela observância do Direito Internacional. O mesmo pode ser dito em relação à implementação das sentenças proferidas: sem dispor de meios de execução, a Corte depende da anuência do Estado condenado em cessar o ilícito ou fornecer reparações. Ainda que a Carta da ONU preveja a possibilidade de uma decisão da Corte ser remetida ao Conselho de Segurança para implementação em casos de ameaça à paz coletiva, trata-se de expediente quase exclusivamente teórico. Os constantes vetos americanos à implementação da sentença da CIJ no caso Nicarágua X EUA, na década de 1980, evidenciaram tais dificuldades.



A atuação do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC é algo mais efetiva, particularmente por tratar-se de tema menos suscetível a hostilidades irreconciliáveis – o comércio. A emergência de um órgão jurisdicional de direito comercial internacional é resultado lógico do processo de globalização, que acentua os fluxos econômicos entre os países. Nesse contexto, a propensão à cooperação é maior, dada a constância dos intercâmbios comerciais e a expectativa de ganhos futuros. O OSC da OMC apresenta, ainda, um diferencial notável em relação à CIJ: a possibilidade de implementação da sentença, conquanto esta não se dê por meio de interferência direta no comportamento do Estado responsável pelo ilícito. O último estágio do processo de solução de controvérsias, ao autorizar a aplicação de contramedidas por parte do Estado prejudicado, permite que haja um incentivo material – traduzido em perdas comerciais, de vez que o OSC autoriza retaliações com medidas protecionistas – à alteração da postura do Estado sentenciado. O Brasil vem utilizando-se com êxito de tal mecanismo, traduzido, por exemplo, na recente vitória no contencioso sobre o algodão com os Estados Unidos.

Deve-se notar, ademais, que o processo de fragmentação do Direito Internacional, com o surgimento dos chamados regimes auto-suficientes, resulta da complexificação da matéria. Ora, a proliferação de órgãos jurisdicionais nas décadas recentes (TPR do Mercosul, Tribunal do Direito do Mar, CIDH) criou foros especializados para o tratamento de questões que oporiam dificuldades à atuação da CIJ. Nesse sentido, parece mais lógico que uma divergência comercial entre Brasil e Argentina caiba ao sistema do Mercosul, um desentendimento marítimo entre China e Japão ao Tribunal do Direito do Mar, e assim por diante. No novo Direito Internacional, a atuação da CIJ tende a tornar-se aplicável apenas aos casos mais amplos, que não sejam contemplados por órgãos especializados.

O excerto em questão evidencia, portanto, uma mudança de lócus do Direito Internacional Público. A maior estabilidade do sistema internacional e o protagonismo do comércio apontam para a valorização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, tornado foro privilegiado para a formulação e a aplicação do moderno Direito Internacional.

QUESTÃO 3

Determinado país considerou *persona non grata* membro de missão diplomática em seu território e determinou sua saída imediata, em razão de haver ele participado de tentativa de golpe no Estado representado pela missão. O chefe da missão, contudo, recusou-se a cumprir a exigência com base no princípio da não intervenção em assuntos internos.

Analisar a situação hipotética acima apresentada, à luz das normas previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, cujos 50 anos se celebram neste ano.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

NATÁLIA SHIMADA (20/20)

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, promoveu a codificação do costume internacional em matéria de relações entre Estados e missões diplomáticas em seus territórios. Hodiernamente, grande maioria dos Estados é parte nesse tratado.

De acordo com essa convenção, os membros de missão diplomática, por serem representantes de seu Estado, desfrutam de imunidades e de privilégios necessários ao



bom desempenho de suas funções. Da mesma forma, os locais da missão diplomática são invioláveis, assim como seus bens e correspondências. Em contrapartida, os membros da missão comprometem-se a não interferirem nos assuntos internos do Estado acreditado e a respeitarem suas leis.

Ainda segundo a Convenção de Viena de 1961, o Estado acreditado tem o dever de garantir a integridade física e moral dos membros da missão. No entanto, pode, a qualquer tempo, declarar que considera um membro da missão diplomática persona non grata. Para tanto, não é necessário apresentar qualquer justificativa, sendo, portanto, um ato discricionário. O Estado acreditado deve, então, conceder um limite de tempo razoável para que o membro declarado persona non grata se retire de seu território. Durante o decorrer desse tempo, conservam-se todas as imunidades e todos os privilégios. Surge, então, para o Estado acreditante a obrigação de proceder à retirada do referido membro do território onde ele se encontra.

No caso em questão, o chefe da missão recusou-se a cumprir a exigência de retirar o membro do território, após este ser considerado persona non grata. Descumpriu a Convenção de Viena de 1961, alegando que o Estado acreditado estaria interferindo em assuntos internos, justificativa que não encontra fundamento no Direito Internacional. Como anteriormente destacado, é direito do Estado exigir a saída de certo membro de missão estrangeira.

Cabe ressaltar que, mesmo que o Estado acreditante não seja parte da referida convenção, deve respeitar suas normas, já que estas são costume internacional. Assim, diante de seu descumprimento, o Estado acreditante estará incorrendo em ilícito internacional, podendo ser responsabilizado por tal violação. Deve-se destacar, ainda, a possibilidade de que, passado o prazo razoável fornecido pelo Estado acreditado para a retirada do membro, tal indivíduo venha a não mais desfrutar de suas imunidades e de seus privilégios.

Percebe-se, assim, que a situação apresentada está em desacordo com as normas expressas na Convenção de Viena de 1961, que estabelece direitos e obrigações para os Estados em suas relações diplomáticas. Caso seus dispositivos sejam desrespeitados, o Estado violador poderá incorrer em ilícito internacional, sendo responsabilizado internacionalmente, enquanto o Estado que sofreu a violação se encontra no direito de aplicar retaliações.



QUESTÃO 4

Há quem pense que o direito internacional não seja senão um código de regras e máximas morais, a que as nações, na ausência de jurisdição superior incumbida de aplicá-lo e fazê-lo observar, só prestarão obediência quando seus interesses o permitirem ou o exigirem, ou quando lhes faltar poder para impunemente violá-lo. Não haverá nisso uma parcela, uma partícula de verdade?

Lafayette Rodrigues Pereira.
Princípios de direito internacional (com adaptações).

Com base no atual direito das gentes, responda à pergunta ao final do fragmento de texto acima, formulada por Lafayette Rodrigues Pereira.

**Extensão máxima: 40 linhas
 (valor: 20 pontos)**

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (20/20)

A afirmação de Lafayette Rodrigues Pereira evoca metáfora já utilizada em exame pretérito do presente concurso, qual seja, aquela do "tonel das danaiades". A luta por fazer valer, no direito internacional público, a jurisdição das cortes que o compõem, bem como o cumprimento efetivo de suas sentenças, é diária e inesgotável. Dotar um sistema congenitamente descentralizado de uma estrutura mais centralizada e capaz de cominar sanções é um desafio que, não obstante os entraves, vem conhecendo inegáveis êxitos.

Um primeiro exemplo é a crescente sofisticação de sistemas internacionais que têm o condão de sancionar indivíduos – hoje reconhecidamente sujeitos de direito internacional público – ou de reconhecer seus direitos no plano internacional. No primeiro caso, a responsabilização internacional do indivíduo, outrora impensável, tornou-se realidade concreta com a criação do Tribunal Penal Internacional, instituído por meio do Estatuto de Roma, de 1998. Desdobramento de uma evolução que se inicia com os tribunais de exceção de Nürnb erg e Tóquio e passa pelos tribunais para Ruanda e para a ex-Iugoslávia, o TPI, fundamentado no princípio nullum crimen, nulla poena sine lege, tem criado jurisprudência crescente e coerente. A baixa adesão – posto que cada vez maior – ao Estatuto de Roma é compensada pela possibilidade de o CSNU, por meio de resolução, ter autoridade para mandar cumprir sentença do TPI. No segundo caso, os direitos dos indivíduos têm sido reconhecidos e devidamente amparados por meio da atuação, por exemplo, das Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos, que permitem – inovadoramente – a apresentação de petições individuais (à Comissão, no âmbito interamericano; à Corte, no âmbito europeu). Há, ainda, no caso interamericano, a possibilidade de petições interestatais, por meio de cláusula facultativa (no sistema europeu, essas petições são obrigatoriamente reconhecidas).

Um segundo exemplo pode ser encontrado na eficácia das sanções aplicadas por órgãos de solução de controvérsias temáticos ou regionais. No caso da OMC, a obediência a suas sanções – frequentemente observada em países desenvolvidos face a países em desenvolvimento – reflete um compromisso assumido pelos Estados em garantir a estabilidade do sistema internacional. O mesmo se observa no cumprimento dado às



sentenças do Tribunal Permanente de Revisão, instituído, em âmbito mercosulino, pelo Protocolo de Olivos, em 2002.

Tendo em vista esses avanços, não há mais como pensar ser o direito internacional um "código de regras e máximas morais". O tonel das danaiades, por mais que se assemelhe à pedra perenemente rolada por Sísifo, não é mais um barril sem fundo algum. O direito cogente tem ganhado definição cada vez mais precisa – a sua garantia, bem como a da paz e da segurança internacionais, tem sido implementada por mecanismos que complementam o aparato onusiano capitaneado pelo CSNU.

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPAÑHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.
